



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

- 1 - Jornal de Notícias, 14-06-2009, «Somos país de donas brancas» - Entrevista a Rui Madeira
- 2 - Correio da Manhã, 14-06-2009, Porcos de bicicleta
- 3 - Jornal de Notícias, 14-06-2009, Freeport por concluir até às legislativas
- 4 - Correio da Manhã, 14-06-2009, «Constâncio resignou-se; PGR não se resigna» - Entrevista a João Semedo
- 5 - Diário de Notícias, 14-06-2009, Constâncio tem segundo 'round' na AR
- 6 - Record, 13-06-2009, Conclusões do inquérito discutidas a 3 de julho
- 7 - 24 Horas, 13-06-2009, Clientes ameaçam voltar
- 8 - 24 Horas, 13-06-2009, Os 10 maiores erros de Sócrates
- 9 - Semanário Económico, 13-06-2009, Decisões sobre TGV e aeroporto nas mãos do próximo Governo
- 10 - Jornal de Notícias, 13-06-2009, Sangue e laranja
- 11 - Semanário Económico, 13-06-2009, Letra a letra: Mahmoud Ahmadinejad
- 12 - Diário de Notícias, 13-06-2009, A semana por...
- 13 - Semanário Económico, 13-06-2009, Constâncio aperta o cerco às 'offshores'
- 14 - Diário de Notícias, 13-06-2009, Documento final para decidir futuro do BPN já está nas Finanças
- 15 - Diário de Notícias, 13-06-2009, Salvar banca custou à UE 3,8 mil milhões
- 16 - Diário de Notícias, 13-06-2009, Paulo Rangel, um conquistador excêntrico
- 17 - Correio da Manhã, 13-06-2009, Bicefalias à Direita
- 18 - Expresso, 13-06-2009, BPP por sua conta e risco
- 19 - Expresso, 13-06-2009, As tribulações de Constâncio
- 20 - Expresso, 13-06-2009, Relação tira 30 empresas do 'Furacão'
- 21 - Expresso, 13-06-2009, Gente a passar ao lado do 10 de Junho
- 22 - Expresso, 13-06-2009, As razões de Constâncio no 'caso BPN'
- 23 - Expresso, 13-06-2009, Nuno Melo fez 'trabalho de casa' para interrogar Vítor Constâncio
- 24 - Expresso, 13-06-2009, "Precisava de dez vezes mais dinheiro" - Entrevista a Pedro Queiroz Pereira
- 25 - Expresso, 13-06-2009, Excerto da autobiografia de José Sócrates
- 26 - Expresso, 13-06-2009, "DVD está no cofre da PJ e já foi investigado" - Entrevista a Pinto Monteiro
- 27 - Público, 13-06-2009, Governo já tem o relatório para decidir futuro do BPN



FARPAS

Rui Madeira

DIRECTOR ARTÍSTICO DA CTBA E ADMINISTRADOR DO THEATRO CIRCO DE BRAGA

Se a realidade supera a ficção, ele, actor e encenador, di-lo com frontalidade: "Somos um país de donas

brancas. Pudicas, ainda por cima". Rui Madeira vive em Braga, ali a um passo da Europa.

"Somos país de donas brancas"

Votou para as eleições Europeias?
Obviamente.

No candidato da "roubalheira"?

[Risos] No Vital Moreira, sim.

Perdeu. Ficou desapontado?

Perdi, mas não fiquei desapontado. O engenheiro Sócrates começou a perder no dia em que pediu desculpa por ter sido apanhado a fumar. A partir daí, entrou num esquema que era só pedir desculpas. Desculpa por ter um bom ministro da Saúde e demitiu-o. Desculpa a Manuel Alegre por ele ter tido um milhão de votos, quando esse milhão serve para tudo menos para o Benfica ganhar o campeonato. E perdeu também aí. Trama-se sempre que pede desculpa. Tem que parar de pedir.

Acha que o PS ainda pode ganhar as eleições legislativas?

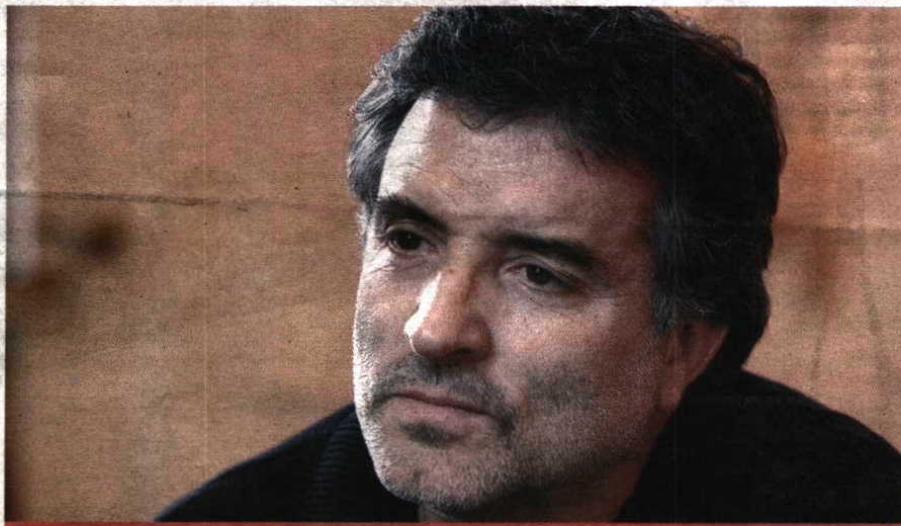
Espero que ganhe. O PS perdeu as europeias, mas o PSD não as ganhou. Quem ganhou foi o Alegre.

Mas porquê? Vê o poeta Manuel Alegre como um traidor do PS?

Não tenho esses pensamentos [Risos]. Acho é que ele conduz um enorme autobus, que faz ali o percurso entre as esquerdas todas, e isso não contribui para a clarificação da situação política.

Paulo Rangel, além de vencedor, foi mesmo o político revelação desta ronda eleitoral?

Acho que sim. Tenho simpatia pela sua figura intelectual. Os cidadãos deviam perceber que há cada vez menos gente interessa-



PEDRO CORREIA

Rui Madeira: "Cavaco Silva deu um tiro nos dois pés de Ferreira Leite"

da em sofrer a crucificação na praça pública só porque está disponível para servir a causa pública de peito aberto.

A que distância está Braga, onde vive e trabalha, da Europa?

Muito próxima. Há pessoas que estão no centro da Europa e continuam provincianas e pessoas do Gerês que têm um olhar muito concreto sobre o que valem e o que vale a Europa para eles.

Mário Soares manifestou-se contra a reeleição de Durão

Barroso na presidência da União Europeia. Que sentido faz agora?

Tenho profundo apreço por Mário Soares, como tinha por Álvaro Cunhal ou Lucas Pires, como tenho por Adriano Moreira. Fazem falta pessoas com liberdade para dizer o que pensam. Se o PS tivesse ganho as eleições teria direito a exigir outro presidente; assim, não... Acho graça à atitude do Sócrates ter dito: "Porreiro, pá!"
Não nomeou Cavaco Silva no rol de pessoas que preza, apesar de ter

estado com ele em Santarém no 10 de Junho. Não ficou solidário quando o ouviu dizer que está a perder o dinheiro das poupanças?

Essa intervenção dele foi desastrosa. Só tem paralelo com a altura em que era primeiro-ministro e veio dizer que na sua residência oficial não tinha construído um tanque. Representa a mentalidade típica dos portugueses: o medo de assumir coisas. Foi a pior prestação que poderia ter feito a Manuela Ferreira Leite. Numa altura

em que se discutia a relação do BPN com o PSD, foi um tiro nos dois pés dela. Em compensação, gostei que tivesse vetado esta semana a proposta para aumentar o financiamento dos partidos. Se passasse, seria um escândalo.

Ferreira Leite recuperou desse tiro depois da vitória nas europeias?

Não, porque ela não é vencedora. A abstenção foi muito alta e os votos que o PSD teve são quase iguais à derrota de Santana Lopes nas outras eleições. Pode até ser que isto crie dinâmicas e expectativas, mas da leitura crua dos números não saiu uma vencedora.

Encenaria o caso do Banco Privado Português (BPP) no teatro?

Era capaz. Os portugueses deviam ter direito, de graça, ao livro do seu ex-presidente, João Rendeiro. Como o próprio nome indica, Rendeiro rende. O problema é que isto é um país de donas brancas e ainda não as conhecemos todas. Donas brancas púdicas, ainda por cima.

Acha bem que o Governo tenha anunciado esta semana que lava as mãos do caso BPP?

Acho bem que lave as mãos, porque ali já há demasiada gente com as mãos sujas. Aquilo é um problema de tribunal, não é coisa para os contribuintes pagarem. ■

HELENA TEIXEIRA DA SILVA
helenasilva@jn.pt

ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRECTOR-ADJUNTO

Porcos de bicicleta

Um antigo árbitro de futebol ficou famoso na década de 80 ao dizer que já tinha visto tudo na vida, "até um porco andar de bicicleta". É uma alegoria tão rica que até pode ser usada a propósito de alguns casos que se passam na alta finança portuguesa, como o do BPP. João Rendeiro, presidente, arquitecto-mor e principal accionista do banco, que em Novembro passado, em pleno turbilhão financeiro mundial, entregou as chaves da instituição ao Banco de Portugal, vem agora apresentar um plano em que oferece aos clientes lesados cem mil euros e uma participação accionista no banco, o que é quase nada. São clientes que na sua esmagadora maioria tinham mais de 250 mil euros, muitos mesmo aplicações superiores a um milhão. Em conjunto tinham aplicado 1200 milhões em produtos de retorno absoluto e já perderam 500 milhões.



■ Vitor Constâncio estava visivelmente amargurado no Parlamento com as críticas às falhas de supervisão no caso BPN. E o principal visado do rancor nem estava na comissão parlamentar. Quando o governador disse: "O meu lixo continua limpo, como a minha vida está limpa", apenas Paulo Portas poderia entender o recado.

■ Constâncio referia-se a uma história antiga, da década 80, do fulgurante 'O Independente' de Portas e a uma hipotética reportagem sobre o lixo de gente influente, que nem sequer foi publicada.



ENTREVISTA DO PGR

Freeport por concluir até às legislativas

O procurador-geral da República (PGR) afirmou, a propósito do "caso Freeport", que o primeiro-ministro "será ouvido quando e se os investigadores o entenderem" e que não pode garantir que o processo esteja concluído até às eleições.

Em entrevista ao semanário Expresso de ontem, Fernando Pinto Monteiro refere que "o Freeport não é um caso complexo", mas acrescenta não poder garantir a conclusão do processo até às eleições, porque "quem está a fazer a investigação são os investigadores" e estes têm de fazer a "análise" dos "fluxos financeiros", envolvendo bancos portugueses e estrangeiros.

Garantiu, porém, que no "caso Freeport" está a ser feita "uma investigação exaustiva (...) sem deixar escapar o mínimo pormenor" e que "aquilo que os investigadores concluírem corresponderá à verdade material".

Questionado sobre se José Sócrates pediu para ser ouvido, respondeu que "nunca chegou ne-



Pinto Monteiro disse que cabe ao Governo uma decisão sobre Lopes da Mota

nhum pedido", mas sublinhou que o primeiro-ministro "não vai ser ouvido por ser ouvido", pois "levantava-se logo uma suspeição".

"Se pedisse para ser ouvido, analisaria a questão e se concluísse pela legitimidade do pedido por existir um interesse atendível, nos termos da lei, solicitaria aos

magistrados do processo a audição do mesmo quando eles o entendessem", precisou Pinto Monteiro.

Indagado sobre o DVD com declarações do empresário escocês Charles Smith (um dos três arguidos do processo) que relaciona o nome do primeiro-ministro ao

processo de licenciamento do 'outlet' de Alcochete, Pinto Monteiro salienta que "o DVD não pode ser admitido como prova porque a lei (portuguesa) não o permite". Indicou que o DVD "original" está no cofre da Polícia Judiciária (PJ) de Setúbal e que "faz parte do processo".

Quanto à situação do presidente do Eurojust, Lopes da Mota, alvo de um processo disciplinar por alegadas pressões sobre os magistrados que investigam o "caso Freeport", o PGR

DVD com Charles Smith que relaciona Sócrates ao caso Freeport nunca poderá servir de prova

disse que depois irá levar o assunto ao Conselho Superior do Ministério Público. "Consoante a decisão, o Governo decidirá o que entender".

O procurador-geral da República pronuncia-se na entrevista também sobre a investigação relativa ao Banco Português de Negócios (BPN) e ao Banco Privado Português (BPP). "No caso BPN, está a decorrer uma investigação e estamos muito longe de poder dizer que vai ou não haver condenações. O BPP está no início, não posso garantir que vai haver sequer uma acusação", observou. ■



DISCURSO DIRECTO



JOÃO SEMEDO Deputado do Bloco de Esquerda

“Constâncio resignou-se; PGR não se resigna”

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Correio da Manhã – O procurador-geral da República (PGR), Pinto Monteiro, revelou que todos os bancos estão a ser investigados. Pela sua experiência no caso BPN, como interpreta isto? João Semedo – A Banca não ficou

bem na fotografia, depois dos casos BCP, BPN e BPP. Pode-se intuir que o sentimento de impunidade que se apoderou dos accionistas da Banca pode ser mais alargado do que estes três casos.

– O cidadão comum já pode ter mais confiança na Banca?

– Hoje, o cidadão comum está muito mais prevenido para situações de abuso na Banca do que anteriormente. A actividade bancária, como qualquer outra, tem de ter regras, e as regras em Portugal são muito complacentes.

– O modelo de supervisão devia ser mais rigoroso?

– Muito mais rigoroso. O Banco de Portugal tem de ter competência para suspender os administradores dos bancos. E tem de haver uma responsabilidade criminal de todos os administradores que praticam a violação da lei. O curioso é o contraste das posições de Vítor Constâncio e do PGR: Vítor Cons-



tâncio é um homem resignado; o PGR não se resigna à situação. Depois destes três casos, nada ficará como dantes.

– Os casos BPN e BPP serão concluídos com rapidez ou irão arrastar-se no tempo?

– As investigações serão lentas, mas bastaria que o Ministério Público estivesse atento às audições no âmbito da Comissão de Inquérito ao BPN para poder acusar de falsas declarações uma sucessão muito grande de pessoas que ali foram ouvidas. O que não me passa sequer pela cabeça é que não haja acusação nem, se se provar, condenação.

– O Governo não nacionalizou o BPP com medo das críticas do BE?

– A decisão do Governo só peca por tardia. Se o Executivo não nacionalizou o BPP por recear as críticas do BE, fico muito satisfeito. É para isso que existem os partidos, para o Governo respeitar a opinião deles. ■



Constâncio tem segundo 'round' na AR

BPN. O governador do Banco de Portugal volta amanhã à AR. Deputados querem saber razões para não se ter ouvido os gestores demissionários

■ EVA CABRAL

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao chamado caso BPN vai amanhã voltar a ouvir as explicações de Vítor Constâncio sobre a intervenção do Banco de Portugal na instituição, e o governador deverá ser confrontado com o facto de vários administradores terem deixado a instituição antes de terminarem mandato sem que a supervisão os tenha convocado para perceber as razões do afastamento.

Já na passada semana numa audição em que Constâncio respondeu às questões colocadas pelos deputados Miguel Macedo (PSD) e Honório Novo (PCP) o Governador do BP reconheceu que

nenhum destes ex-administradores do BPN reportou ao Banco de Portugal as razões efectivas da sua denúncia.

Refira-se que os administradores bancários têm obrigações para com a entidade de supervisão, pelo que as omissões podem implicar o incumprimento desse dever.

Na sessão de amanhã o governador vai ser confrontado com uma sequência de diapositivos preparados pelo BE. Através destes o deputado João Semedo vai mostrar ao governador parcelas de vários depoimentos das muitas pessoas ouvidas pela comissão de inquérito ao caso BPN nestes últimos meses

Nuno Melo, do CDS-PP, antes



BE confronta Governador

de ir ocupar o seu lugar de euro-deputado, já prometeu deixar para esta sessão a revelação de vários documentos sobre o caso

O deputado popular tem, aliás, sido o rosto mais combativo desta comissão de inquérito e já decla-

rou ter material para ocupar várias horas deste novo encontro com Vítor Constâncio.

Refira-se, ainda, que para amanhã está agendada a audição com o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, o responsável político pela nacionalização do BPN.

Teixeira dos Santos recebeu já na passada terça-feira o documento final com toda a informação sobre o BPN, pelo que se prevê que este seja para breve uma tomada de decisão final e definitiva sobre o futuro da instituição bancária actualmente a ser gerida por um quadro da CGD, Francisco Bandeira.

O relatório do inquérito parlamentar vai ser elaborado pela deputada socialista Sónia Sanfona, estando marcada a sua discussão e votação em plenário da Assembleia da República para 3 de Julho. ■

**NACIONALIZAÇÃO DO BPN****Conclusões do inquérito discutidas a 3 de julho**

O plenário da Assembleia da República discute e vota as conclusões da comissão de inquérito – liderada por Maria de Belém (na foto) – à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) no próximo dia 3.





SEDE DO BPP PODE SER NOVAMENTE OCUPADA SE NÃO HOUVER SOLUÇÕES

Clientes ameaçam voltar

Saímos, mas podemos voltar". Foi este o aviso deixado pelos clientes do BPP na hora de pôr um fim aos dez dias de ocupação da sede do banco, na quinta-feira à noite.

Segundo explicou ao *24horas* Durval Padrão, "decidiu-se suspender a ocupação do banco na sequência das várias reuniões desta semana com a Comissão Europeia e o ministro

das Finanças, que prometeu que tudo estaria resolvido dentro de 15 dias". "Mas se daqui a um mês se mantiver tudo na mesma volta a haver ocupação do banco", prometeu.

Para "acompanhar a evolução da situação do banco", os clientes acordaram a criação de uma comissão que reunirá semanalmente com a administração do BPP e possivelmente com a

CMVM e o Banco de Portugal.

Certa é a decisão dos clientes de retorno absoluto de avançar com uma queixa contra o Estado português. "Além da discriminação em relação aos clientes do BPN, percebemos que a intervenção do Estado, com o aval dado ao banco, só veio prejudicar-nos", frisou Durval Padrão.

JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA

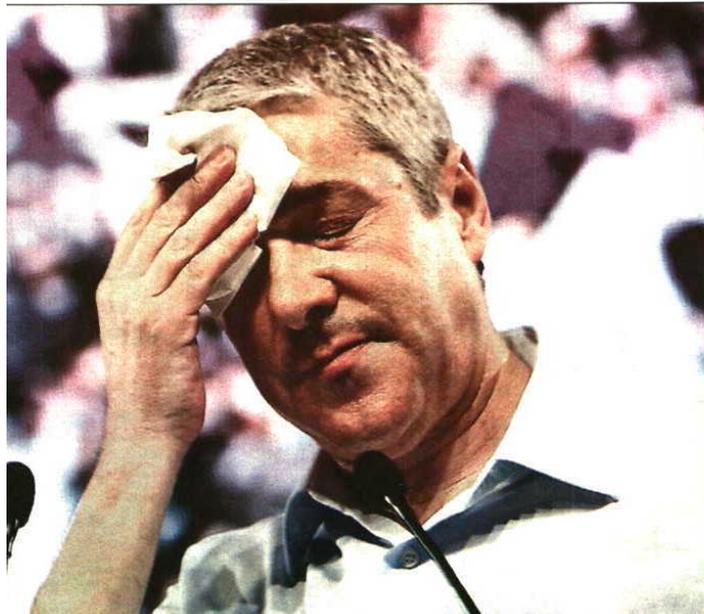


ranking

OS 10 MAIORES ERROS DE SÓCRATES

Em ano de eleições é tempo de saber em que é que o primeiro-ministro falhou

■ TEXTO ■ VANESSABARROSCRUZ



1 Polémica à volta da licenciatura

Intitulando-se como engenheiro civil, Sócrates foi acusado de não ser licenciado e de ter beneficiado de facilitismo por parte dos professores da Universidade Independente. "Uma fonte de anedotas. As construções na Guarda, o exame de Inglês em casa... Autênticos actos de uma comédia", classifica Vítor Espadinha.

Júlio Magalhães, jornalista da TVI, salienta a reacção do primeiro-ministro: "Por muitas provas que tenham sido dadas a ilibá-lo ficou o estigma de que era culpado. O primeiro-ministro, mais uma vez, demorou a reagir. Quando o fez foi eficaz, mas já era um pouco tarde".

"Ficámos sem saber se havia fogo, mas a verdade é que ninguém fez nada para desanuviar o fumo", conclui o humorista Luís Filipe Borges.

2 Reacção à greve dos professores

O anúncio de que os professores passariam a ser avaliados causou uma onda de contestação na classe. Para Vítor Espadinha, "A maneira como Sócrates lidou com esta greve revelou o seu carácter".

"Trata-se da classe mais importante, mais decisiva e mais sacrificada do País. Tem sido um erro e uma grande injustiça. E os professores têm grande influência na sociedade", defende o pivô da TVI Júlio Magalhães.

Luis Filipe Borges vai mais longe: "Quando mais de 100 mil pessoas se manifestam, uma e outra vez, quando uma classe inteira se une, a ministra pura e simplesmente não pode continuar".

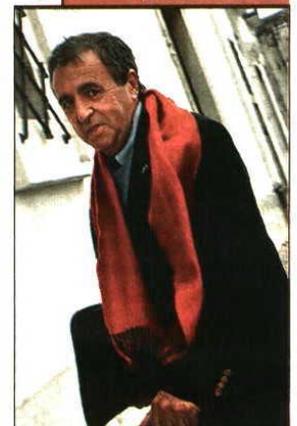


3 Incapacidade para combater desemprego

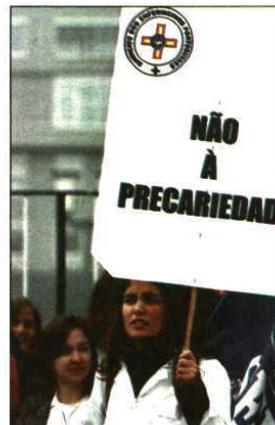
"O desemprego cria uma mancha social de descontentamento que penaliza sempre quem governa", explica o jornalista da TVI.

O desemprego tem subido, apesar de na campanha eleitoral de Sócrates o aumento de postos de trabalho ter sido um dos seus triunfos. "A promessa dos 150 mil novos empregos, como se estivesse a oferecer pipocas, foi a cereja no topo do bolo", ironiza Vítor Espadinha.

4 Caso Freeport



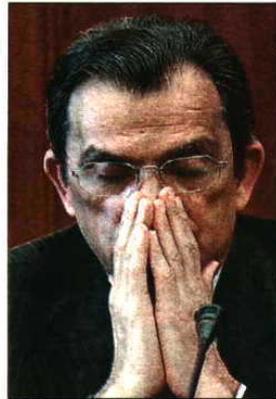
O primeiro-ministro foi envolvido no processo de concessão dos terrenos e posterior construção do caso Freeport (na altura ocupava o cargo de ministro do Ambiente). Sócrates adoptou a postura de vítima. "Campanhas negras, poderes ocultos, este país não será demasiado pequeno para tanta cabala? Já enjoa", diz Luís Filipe Borges. "Pior do que o próprio caso foi a sua atitude, tentando, por todos os meios, fazer crer que tudo não passou de uma invenção dos média", atira Espadinha.



5 Postura arrogante

"Durante as sessões do Parlamento raramente respondeu às perguntas da oposição. Sempre o mesmo estilo de discurso: 'Sócrates faz bem...Os outros fazem mal!'", critica o actor de "Podia Acabar o Mundo".

Magalhães vai mais longe e aponta falhas na comunicação com os média: "Falta de diálogo e tratamento adequado com os média. São um factor decisivo nos tempos que correm. Hostilizar ou subestimar os média é um erro estratégico mortal".



7 Nacionalização do BPN

À beira da falência, o BPN foi nacionalizado em Novembro. Desde então, a CGD já injectou 2,5 mil milhões de euros naquele banco. "Este, como outros casos, onde o dinheiro das pessoas está em causa e envolve políticos, são assuntos que a população generaliza à classe governativa. Foi, por isso, mal gerido", considera Júlio Magalhães.

8 Atitude de promotor do Magalhães

"Má distribuição, ausência de concurso público, utilização indevida de crianças para fins de marketing" são algumas das acusações que o humorista da RTP2 faz. Vítor Espadinha é ainda mais crítico: "O ridículo de como um primeiro-ministro europeu se torna num delegado de vendas de um computador de fraca qualidade, perante o olhar incrédulo de portugueses e estrangeiros".



6 Fecho de unidades de Saúde

O ex-ministro da Saúde, Correia de Campos, iniciou uma política de encerramento de unidades de Saúde com menor actividade que gerou controvérsias por todo o País. Afinal, segundo Júlio Magalhães, esta é uma área de extrema importância, comparável "à da Educação". "Foi um erro fechar certas unidades de Saúde contra tudo e contra todos, ignorando os protestos", adianta Vítor Espadinha.



10 Aumento da idade da reforma

Logo no início do mandato, em Agosto de 2005, Sócrates declarava o aumento da idade da reforma dos funcionários públicos para os 65 anos. Uma medida que provocou incredulidade e revolta nos lesados, e que, na opinião de Vítor Espadinha, foi um erro. Ao qual se juntam outros, como "impostos sobre pensões miseráveis, corte de benefícios fiscais nas pensões dos deficientes...", diz.

9 Combate ineficaz da criminalidade

O número de crimes está a subir e alguns tiveram enorme cobertura mediática. Recorde-se o caso do assalto à dependência do BES, no ano passado, e as mortes de Alexandra Neno e Diogo Ferreira, no Verão passado. "O aumento da criminalidade, sobretudo violenta, e a ausência de resposta para atenuar o problema, é um dos pontos mais sensíveis para uma população", considera Júlio Magalhães.



JÚRI



Vítor Espadinha

Actor

- 1 - Postura arrogante
- 2 - Polémica da licenciatura
- 3 - Promessas de emprego incumpridas
- 4 - Reacção à greve dos professores
- 5 - Má escolha de ministros
- 6 - Reacção ao caso Freeport
- 7 - Aumento da idade da reforma
- 8 - Fecho de unidades de Saúde
- 9 - Propaganda do Magalhães
- 10 - Escolha de Vital Moreira



Júlio Magalhães

Jornalista

- 1 - Reacção à greve dos professores
- 2 - Fecho de unidades de Saúde
- 3 - Má gestão do caso BPN
- 4 - Reacção ao caso Freeport
- 5 - Polémica da licenciatura
- 6 - Atribuição de culpas à crise internacional
- 7 - Ineficácia no combate do desemprego
- 8 - Combate ineficaz da criminalidade
- 9 - Postura arrogante
- 10 - Má comunicação com os média



Luís Filipe Borges

Humorista e apresentador de TV

- 1 - Promessas de emprego incumpridas
- 2 - Reacção ao caso Freeport
- 3 - Polémica da licenciatura
- 4 - Falta de diálogo com os média
- 5 - Computador Magalhães
- 6 - Reacção à greve de professores
- 7 - Combate ineficaz da criminalidade
- 8 - Amizades externas: Hugo Chávez, Khadafi...
- 9 - Aumento da idade da reforma
- 10 - Decadência da relação com Cavaco Silva



Eleições

Decisões sobre o TGV e aeroporto nas mãos do próximo Governo

A ordem no Governo é manter o rumo. Mas um ministro já admite que o aeroporto não é irreversível. E até o TGV dificilmente arranca em definitivo antes das eleições.

MÁRCIA GALRÃO marcia.galrao@economico.pt

Logo após a vitória de domingo nas eleições europeias, o PSD deixou claro que não largará a polémica: "O Governo está inibido de tomar decisões que comprometam os governos seguintes", disparou Paulo Rangel. A resposta do Governo foi pronta: o rumo é para manter, sem recuos.

Porém, sendo certo que o tema das obras públicas será central na campanha das próximas legislativas, a verdade é que já não será este Executivo a formalizar o avanço do novo Aeroporto de Lisboa ou mesmo da rede ferroviária de Alta Velocidade (TGV). O calendário do próprio Governo, a que o Semnário Económico teve acesso, confirma a tese: pelo andamento dos dois projectos, a esmagadora maioria das grandes obras vão ficar nas mãos de quem vier a seguir.

Por partes. No que respeita ao novo aeroporto de Lisboa, é o ministro dos Assuntos Parlamentares que admite o cenário: o dossier é "reversível", diz Santos Silva ao Semnário Económico, explicando que o processo está ainda em fase de estudo de impacto ambiental: "Uma fase em que é possível ao próximo Governo interromper o processo, se o quiser".

Quanto à ligação de TGV entre Poceirão e Caia (o único troço já em curso, da linha Lisboa-Madrid), aguarda-se ainda o anúncio do vencedor do concurso, prevista para o início do mês de Julho. No entanto, sabe o Semnário Económico, dificilmente haverá tempo nesta legislatura para o passo seguinte - que é o decisivo para tornar tudo irreversível: a adjudicação final da obra e assinatura do respectivo contrato. No núcleo duro do Executivo socialista dá-se já como improvável que o processo fique concluído. E até os construtores que estão na corrida ao projecto duvidam que fique fechado até Setembro.

O QUE PODE MUDAR

AEROPORTO

- ▶ O projecto está na fase de aprovação do Estudo de Impacto Ambiental
- ▶ Os concursos para adjudicação das obras não foram lançados e permitem recuos futuros.

TGV (CAIA-POCEIRÃO)

- ▶ O vencedor do concurso para a primeira fase deverá ser conhecido em Julho.
- ▶ Se não houver impugnações, o Governo pode avançar para a adjudicação do projecto, mas o núcleo duro do Governo admite que possa cair em cima das eleições legislativas.
- ▶ Antes da assinatura do contrato, Cavaco terá ainda que promulgar o decreto-lei que define a base da concessão.

TERCEIRA TRAVESSIA

- ▶ O concurso para o troço Lisboa-Poceirão, incluindo a terceira ponte sobre o Tejo, tem data-limite de entrega de propostas até 27 de Julho
- ▶ O Governo não deverá ter tempo de analisar e definir um vencedor.

Como se não bastasse, há ainda um factor extra: o Presidente da República tem que promulgar as bases da concessão, que serão aprovadas pelo Conselho de Ministros só depois da escolha do vencedor do concurso. E tendo em conta que Cavaco Silva terá mês e meio para o fazer, já poucos duvidam que o processo ficará para depois.

No Ministério das Obras Públicas a mensagem oficial é, ainda assim, de que tudo correrá de acordo com os prazos definidos. Mas ninguém se atreve a dizer quando o troço será, finalmente, lançado.

GRANDES OBRAS VÃO ANIMAR CAMPANHA

Com o PSD a dizer que é preciso parar as grandes obras, e com a ameaça de um novo travão de Belém no horizonte, o ministro dos Assuntos Parlamentares sobe a parada para a campanha: "Quem quiser recuar terá que mostrar que os 1300 milhões de euros de fundos comunitários que se perdem são inferiores aos benefícios que se ganham". Esse ónus ficará nas mãos de quem vier a seguir, afirma ao Semnário Económico.

É nisso que apostam os socialistas, para marcar a diferença nas legislativas: se for novamente o PS no Governo, a ordem é para fazer obra e lutar contra a crise. No PSD, a estratégia é contrária. Alexandre Relvas deu o mote logo no dia a seguir às eleições: "Será razoável que, a três ou quatro meses das eleições, se contratizem estes projectos? Há algum interesse suficientemente relevante que não permita adiar estes projectos", com os custos que, alega, terão no endividamento do país?

Para já, o Governo e o PS têm aproveitado todas as oportunidades para reafirmar que não há mudança de estratégia. E para o provar, segue caminho o calendário já definido para as grandes

obras do regime. Já esta semana, sabe o Semnário Económico, será anunciado o vencedor do concurso para a Auto-Estrada do Centro, a nona de dez novas auto-estradas que ficarão, essas sim, definitivamente no terreno. A importância da mensagem fica clara nas palavras de Vieira da Silva: "O investimento público é o factor decisivo da saída da crise". É que o trunfo dos socialistas é o da capacidade de decisão e não foi por acaso que foram espalhados pelo país centenas de cartazes com a frase "O PS combate a crise, os outros combatem o PS". Na campanha, é certa a repetição da estratégia. E a repetição do argumento: a crise económica "não justifica inúteis perdas de tempo", como diz ao Semnário Económico a dirigente Edite Estrela.

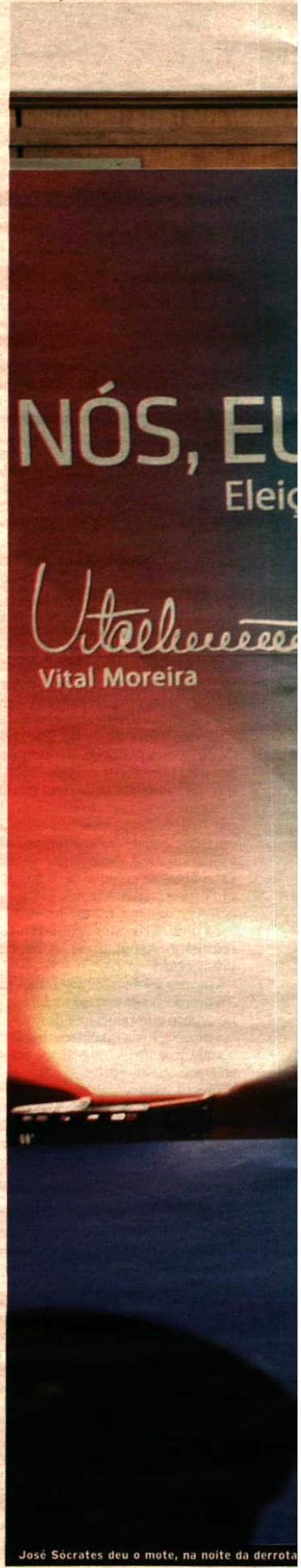
O MOTE PERFEITO

Por isso, e pese embora os resultados das europeias obriguem a adaptar o discurso ao descontentamento na rua, os mais próximos de José Sócrates garantem que "o Governo vai continuar a governar". E nas matérias que sigam o objectivo primordial dos socialistas - combater a crise - não deixará de tomar as decisões necessárias.

Para já, no entanto, Santos Silva diz que não estão previstas "novas medidas". Porque as iniciativas centrais contra a crise estão no terreno, desde as medidas de apoio às empresas aos apoios especiais para desempregados. E agora é tempo de colher os seus frutos, esperando que sejam suficientes para travar um aumento da crise social.

No partido, porém, as europeias deixaram um rasto de preocupação visível. E há quem admita que será preciso rever o discurso. Como o deputado Jorge Seguro Sanches, que lembra que "ninguém está à espera que o Governo tome medidas que podem ser tomadas passados seis meses". ■ **COM N.M.S.**

Páulo Figueiredo



José Sócrates deu o mote, na noite da derrota



nas eleições europeias: o Governo mantém legitimidade para decidir. Mas o calendário das grandes obras não será acelerado. E não permitirá tornar os projectos irreversíveis.



Eleições

As decisões do Governo que prometem nova polémica

Até às legislativas, nem só de obras públicas viverá o debate político.

DAVID DINIS E MÁRCIA GALRÃO david.dinis@economico.pt

Das primeiras palavras dos partidos após as eleições europeias retira-se, desde já, uma conclusão: que qualquer decisão tomada pelo Governo - sobretudo se sem outros apoios partidários - resultará sempre em nova polémica. As obras públicas são caso exemplar. Porque mesmo que a esmagadora maioria das concessões possa ser reversível, há ainda matéria para lançar a que será a grande batalha da campanha eleitoral das legislativas.

Porque o Governo não é de gestão e Sócrates já garantiu que tem toda a legitimidade e capacidade "para tomar as decisões no sentido de cumprir o seu programa", não se antevê mudanças significativas de estratégia. A dúvida é apenas saber se, face aos resultados das europeias, os socialistas reforçam a procura de consensos nas matérias que restam até ao fim da legislatura, para não acentuar a tensão política.

É que, mesmo para além das obras, há outras decisões na forja que prometem abrir a discussão. Desde logo na banca: Porque depois da decisão sobre o caso BPP esta semana (ver páginas 22 e 23), falta ainda a solução final para o BPN. O ministro das Finanças já adiantou que prefere a venda do banco, opinião consonante com a da Caixa Geral de Depósitos. Mas o dossier aguarda ainda decisão (e comprador).

Já na Assembleia da República, regressa a discussão acerca dos diplomas sobre sigilo bancário e prémios de gestores. Esta semana o diploma do Governo vai a plenário e depois será a vez de acertar pormenores em comissão. Resta a dúvida se os socialistas procuram consensos (nomeadamente à esquerda, com o Bloco de Esquerda a ter a primeira palavra). Ontem mesmo, nas páginas do Público,

surgiram os primeiros pronunciamentos de polémica: num artigo extenso, o ex-ministro de José Sócrates, Campos e Cunha, arrasava as intenções de quem quer limitar a margem de manobra das empresas em definir esquemas de incentivos para os seus gestores. Pedía, sim, a introdução de regras que permitam aos accionistas controlar essas remunerações. Mais que isso, dizia, "é puro populismo".

Mas o fim de legislatura promete mais na Assembleia. Como a discussão das alterações ao financiamento dos partidos, esta semana vetadas por Cavaco Silva. E a regulamentação do Código do Trabalho, que a oposição já promete revogar no futuro, caso o PS perca a maioria depois das legislativas. Há ainda, para juntar à lista, matérias fracturantes, como uma nova lei das uniões de facto e o projecto do testamento vital, sempre propensos à polémica.

Resta acrescentar as últimas nomeações: a escolha difícil do novo Provedor de Justiça. E, até, do eventual substituto de Lopes da Mota no Eurojust - caso o processo disciplinar prove culpa, na pressão sobre os magistrados do caso Freepport. ■

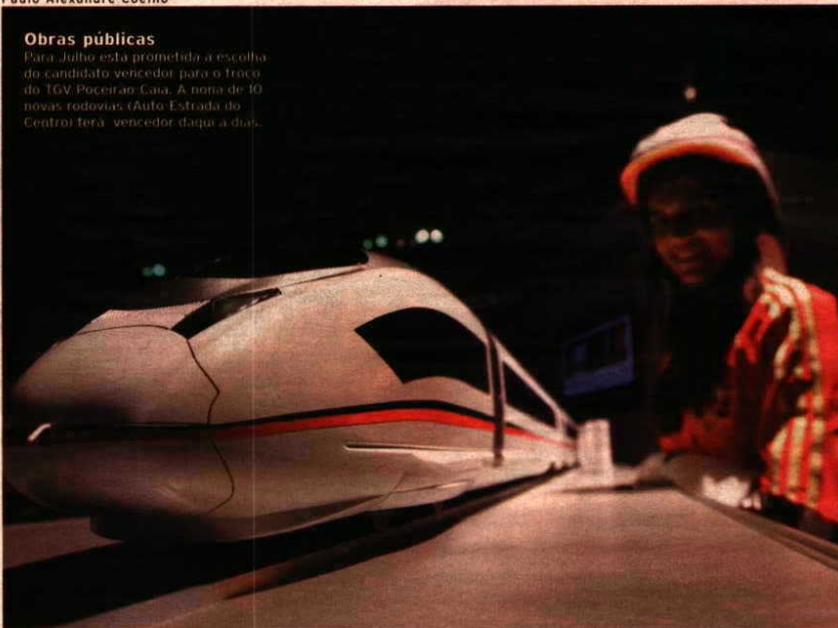
Esta semana, no Parlamento, começam as polémicas, com a discussão dos projectos sobre o sigilo bancário e sobre os salários dos gestores.

POLÉMICAS PROMETIDAS ATÉ ÀS LEGISLATIVAS

Paulo Alexandre Coelho

Obras públicas

Para Julho está prometida a escolha do candidato vencedor para o troço do TGV Poceirão-Caia. A nona de 10 novas rodovias (Auto-Estrada do Centro) terá vencedor daqui a dias.



Christian Hartmann/Reuters

João Paulo Dias

Parlamento

Já esta semana, no Parlamento, recomeça a discussão sobre o sigilo bancário. Segue-se o financiamento dos partidos e a nomeação do Provedor de Justiça.



Leis fracturantes

Até ao final da legislatura (o Parlamento fecha em Julho) os socialistas querem ainda alargar os direitos das pessoas em união de facto e dar sequência ao projecto do testamento vital.

João Paulo Dias



Banca

Depois da decisão sobre o BPP, falta ainda uma solução para o BPN. Em aberto está a venda do banco ou integração na CGD. Ao mesmo tempo, fechará também a comissão parlamentar de inquérito.

Eleições

Guilherme Venâncio/Lusa



Manuela Eanes (à esquerda) e Herminio Martinho (à direita) foram os rostos do PRD que, em 1987, fizeram cair com PS e CDU o primeiro Governo de Cavaco Silva. Foi o último capítulo dos anos de maior instabil

Volta o fantasma da ingovernabilidade

Mais afastada, para já, a hipótese de nova maioria absoluta, a campanha que se segue centra-se no essencial: como governar em crise e sem apoio da Assembleia.

TATIANA CANAS tatiana.canas@economico.pt

Com todas as reservas que o resultado das eleições europeias possa trazer - porque a abstenção foi elevadíssima, porque é um voto "à distância", cuja utilidade ainda é muito questionada pelos votantes - certo é que serviu para tirar as primeiras conclusões para as próximas legislativas.

Num exercício puramente teórico (até porque os métodos de elegibilidade, a distribuição dos mandatos e o valor do voto é diferente), o politólogo Pedro Magalhães fez esta semana um exercício de imaginação útil: fez as contas aos resultados das europeias e mostrou, com esses votos, como seria a composição de uma nova Assembleia da República. E o resultado não podia ser mais esclarecedor: um cenário de muito difícil governabilidade do País (ver infografia).

Fosse este o próximo Parlamento, restariam poucas opções de governação. À esquerda, o Partido Socialista (PS) teria - para aprovar medidas - de

procurar votos do Partido Comunista Português (PCP) e do Bloco de Esquerda (BE). Ou teria o apoio dos dois ao mesmo tempo, ou nada feito.

Do outro lado do espectro político, as perspectivas de governabilidade não seriam muito melhores: apesar de ter eleito mais eurodeputados, o Partido Social Democrata (PSD) ainda tem um longo caminho a percorrer. É que, com estes resultados, nem uma aliança com o CDS bastaria para ter a maioria absoluta dos deputados.

Mesmo sem o exercício de Pedro Magalhães, os dados de domingo mostram à evidência a dificuldade que se avizinha: é que neste momento o PS precisa de recuperar um milhão e meio de votos para sonhar com os resultados alcançados nas legislativas de 2005. De acordo com dados da Comissão Nacional de Eleições (CNE), a simpatia dos eleitores pelo PS tem vindo a decrescer desde que José Sócrates é primeiro-ministro. Há

quatro anos, dois milhões e meio de portugueses deram 45% dos votos ao PS.

No ano seguinte, o candidato oficial dos socialistas para Presidente da República, Mário Soares, contava apenas com o apoio de 785 mil pessoas, numa quebra para 14%, a que a não foi estranha a candidatura do histórico do PS, Manuel Alegre.

Com menos de um milhão de votos angariados para as eleições europeias realizadas na semana passada e apenas sete eurodeputados eleitos (quando há quatro anos elegeu 12), o PS afasta-se cada vez mais de um cenário de maioria absoluta.

Para os especialistas contactados pelo Semanário Económico, não há surpresa no acentuar dos cenários de ingovernabilidade futura do país. Lembrando que, nos 30 anos de democracia que Portugal leva, apenas três executivos foram eleitos com uma maioria absoluta de votos, Rui Oliveira e Costa sublinha que "o inédito

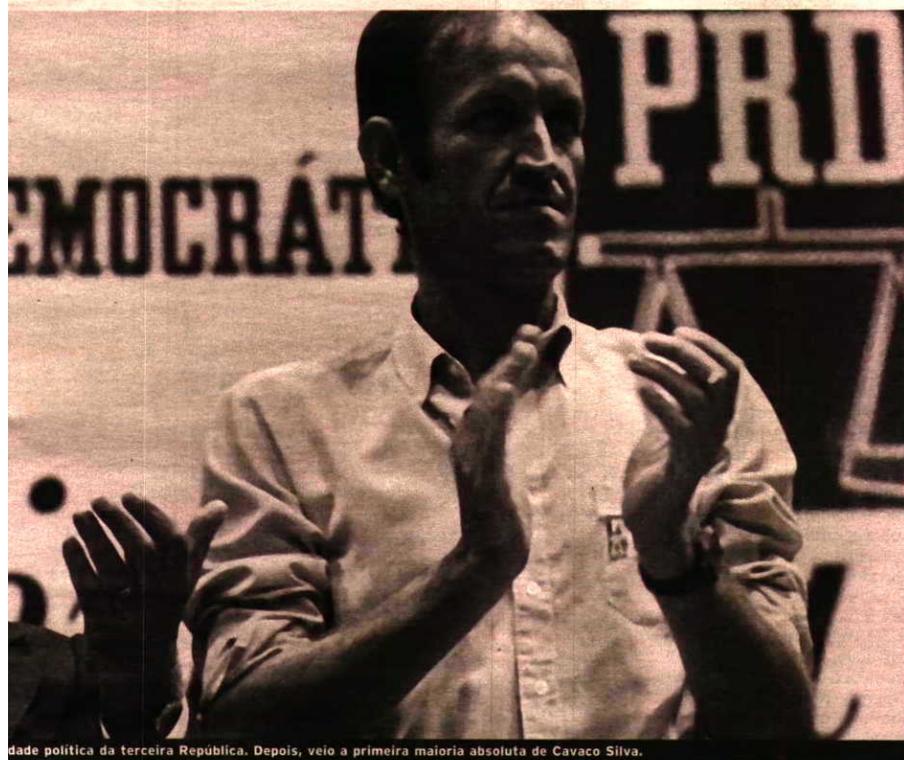
em Portugal são, exactamente, as maiorias absolutas". Em parte, isso é justificado pelo sistema eleitoral proporcional, por distrito. Quanto à governabilidade futura, ressalva apenas que o facto do PS estar a perder votos, quer para a direita como para a esquerda, condiciona muito os socialistas na busca de convergências políticas em temas fracturantes. E é essa falta de um sentido claro de voto que torna o futuro mais nebuloso e imprevisível.

Já Pedro Adão e Silva, sociólogo e ex-dirigente do PS, diz

A crescente perda de votos do PS torna cada vez mais provável o fim da maioria absoluta.

que esse facto é "evidente". Em primeiro lugar, porque a soma de votos no bloco central é das mais baixas de sempre. "Regra geral, quando o PS ou o PSD sobe, o outro desce e vice-versa. Desta feita, o PS deu um trambolhão de 20 pontos e o PSD só subiu três", afirma ao Semanário Económico. Falando dum verdadeira "reconfiguração do espectro partidário", Adão e Silva descreve o cenário actual como "a existência de três blocos políticos distintos" que coexistem "de costas voltadas". E conclui: "Difícilmente o panorama podia ser pior".

Mas nem Pedro Adão e Silva nem André Freire questionam a legitimidade vigente da equipa de José Sócrates. "O Governo tem toda a legitimidade para governar até ao final do mandato", afirma André Freire, acrescentando apenas que deveria ser "prudente" nos grandes investimentos em obras, pelo peso que isso acarreta para o erário público (ver página 12). ■



idade política da terceira República. Depois, veio a primeira maioria absoluta de Cavaco Silva.

Cada voto nas europeias custou quatro euros

Estado gastou 14,25 milhões de euros nas eleições europeias, entre subvenções e processo eleitoral.

MÁRCIA GALRÃO
marcia.galrao@economico.pt

Cada português que se deslocou às urnas no domingo para votar nas eleições europeias custou ao Estado cerca de quatro euros. São estas as contas da democracia: o Estado investiu 14,25 milhões de euros, entre despesas relativas ao processo eleitoral e financiamento para as campanhas dos partidos, divididos por pouco mais do que 3,56 milhões de portugueses que colocaram a cruzinha no seu boletim de voto.

Se excluirmos os 4,5 milhões de euros que o Governo atribuiu para o financiamento das campanhas eleitorais dos partidos e movimentos que concorreram às eleições para o Parlamento Europeu, só o dinheiro que foi despendido para colocar de pé todo o processo eleitoral (9.750.000 euros) teria custado qualquer coisa como 2,70 euros por votante. Um valor relativo que fica muito acima do que seria esperado caso todos os portugueses cumprissem o dever de voto. Segundo o último recenseamento eleitoral, Portugal tem 9.662.063 votantes, o que significa que se todos tivessem ido votar, as eleições europeias teriam custado por voto apenas cerca de 1,47 euros.

Segundo informações disponibilizadas pelo Ministério da Administração Interna, as despesas relativas a todo o processo eleitoral centram-se, em grande medida, no funcionamento das assembleias de voto. Para as autarquias locais foram transferi-

dos 5.104.604,28 euros, dos quais 4.468.305,68 foram destinados à compensação prevista para os membros da mesa.

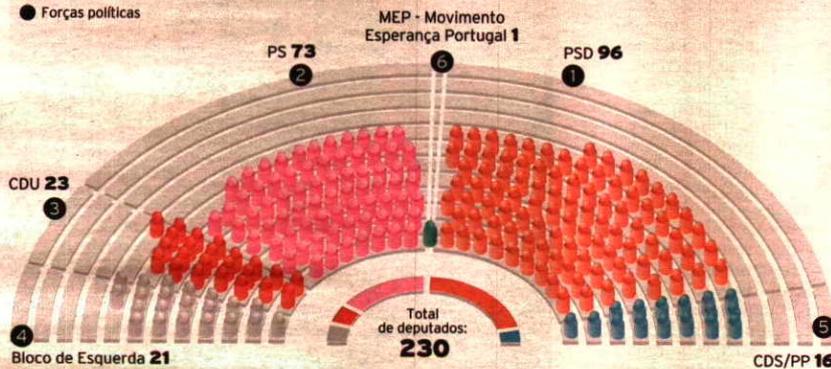
O valor a pagar pelo Estado às estações de televisão e rádio nacionais e regionais pelos tempos de antena da campanha eleitoral das europeias chegou aos 3,57 milhões de euros. A restante verba gasta neste acto eleitoral (cerca de 1,1 milhões de euros) diz respeito a despesas várias, desde a impressão de boletins de voto, transportes, manutenção de equipamento eleitoral, comunicações, campanha de esclarecimento aos cidadãos eleitores, impressão de outro material eleitoral e manutenção de sistemas informáticos.

"Nestas eleições foi possível recorrer a diferentes meios e canais de comunicação graças à intervenção partilhada de várias entidades públicas e o contributo de várias empresas que disponibilizaram gratuitamente os seus serviços (CP, REFER, Zon e CRH)", explicou o MAI ao Semanário Económico. ■

COMO FICARIA A ASSEMBLEIA COM ESTES VOTOS?

O exercício é meramente académico, porque das europeias às legislativas tudo muda, desde a participação eleitoral (que sobe), ao voto útil (que também sobe), até à distribuição de mandatos. Mas com os votos das europeias, esta seria a composição do Parlamento, segundo a simulação do politólogo Pedro Magalhães.

● Forças políticas



Fonte: margem-de-erro.blogspot.com

Marta Carvalho /marta.carvalho@economico.pt

CONTAS DA DEMOCRACIA

Processo eleitoral

Valor gasto em tempos de antena, mesas de voto, impressão de boletins.

9,75 milhões

Subvenções estatais

Valor atribuído pelo Estado para financiamento das campanhas eleitorais dos partidos e movimentos.

4,5 milhões

Eleições

PS em busca da tranquilidade perdida

Os socialistas fizeram da rede social 'twitter' o confessionário da derrota.

MÁRCIA GALRÃO marcia.galrao@economico.pt

"Isto [resultados eleitorais do PS nas eleições europeias] está a ficar parecido com as contas da selecção de Carlos Queirós". O desabafo do deputado socialista Jorge Seguro Sanches no Twitter foi um dos muitos que animaram a noite eleitoral de 7 de Junho, a primeira com as novas redes sociais a trabalhar em força. Na família socialista, os comentários foram proliferando e, enquanto o PSD cantava vitória, o PS foi afinando o discurso para atacar os próximos meses. O objectivo é chegar a Setembro sem o fantasma de que os resultados para a Europa se podem repetir nas legislativas.

Para isso, é vital evitar que a crise económica e social faça mais estragos. E explicar aos portugueses que a culpa do mau momento que se vive não é deste Governo, mas é sim um cenário internacional que se repete à escala nacional. O discurso está alinhado e nas hostes socialistas todos o repetem: o Governo não pode baixar os braços até às eleições e tem que manter o mesmo rumo. É o que diz, também, o ministro Vieira da Silva, que garante ao Semnário Económico que "não são previsíveis alterações de fundo" na estratégia do PS e que o partido continua a colocar "toda a prioridade no combate à crise".

O segredo, admite-se no Largo do Rato, passa por explicar melhor aos portugueses todas as reformas que tem sido iniciadas. E com a legislatura a chegar ao fim, um dos trunfos poderá mesmo passar por começar a mostrar os resultados de algumas das medidas que foram tomadas, desde os financiamentos que foram sendo decididos para ajudar as Pequenas e Médias Empresas aos apoios sociais que prometem atenuar o flagelo do desemprego. Ao PS resta esperar que a crise não se agudize e estas medidas

Entre doses de Guronsan e piadas futebolísticas, o PS vai alinhando a estratégia para as legislativas.

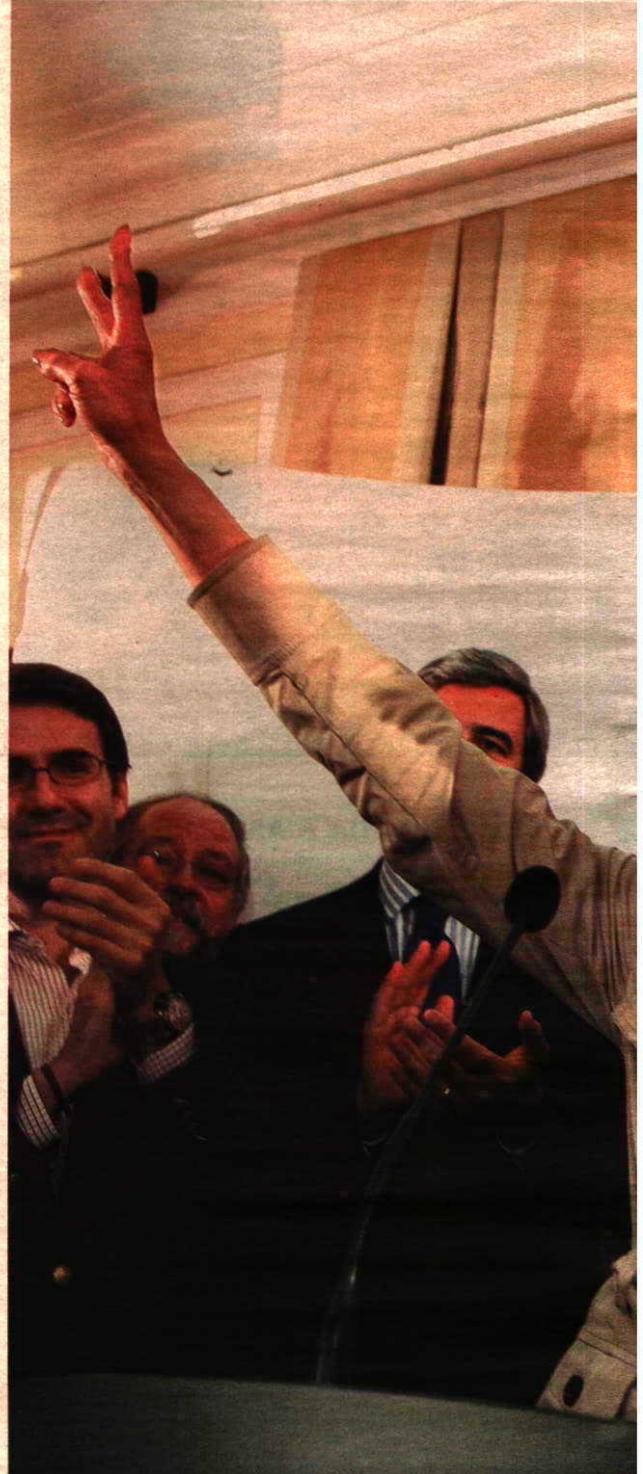
Explicar melhor as reformas é uma das soluções apontadas.

sustenham o descontentamento da maioria dos portugueses. O politólogo José Adelino Maltez não tem dúvidas que a evolução da economia pode não prejudicar Sócrates, até porque "o português médio quer é dinheiro no bolso e, embora estejamos em plena crise, como a maioria não está pior, há pouca solidariedade para as vítimas dela, como os desempregados".

No Twitter, os socialistas foram ao longo da semana, apontando os caminhos a seguir para superar o resultado negativo de domingo, que a alguns provocou "azia", como explicava José Lello, e a outros obrigou a algumas doses de Guronsan, como dizia Ascenso Simões. O secretário de Estado das Florestas mostrou sempre optimismo e comentava mesmo que "depois de uma volta telefónica pelo país" percebeu que "o povo socialista não quebrou". Agora "pedalar é preciso", sentenciava José Lello.

E porque "quem ganha a guerra é quem melhor percebe porque perdeu a batalha", dizia Carlos Zorrinho, os socialistas começaram já a fazer fazer a leitura dos resultados e a tentar perceber onde vão recuperar votos. A mensagem alinhada junto dos mais próximos de José Sócrates é só uma: o primeiro-ministro sabe ouvir a rua e percebe que o resultado das legislativas se deveu a um descontentamento. Feito o exercício, há que procurar soluções para inverter a tendência. E aqui, atingir consensos, sobretudo à esquerda, parece ser o mais aliciante. Nos projectos que podem trazer alguma ruptura, o PS procurará ouvir as restantes bancadas e sempre que possível abrir os braços a soluções que garantam algum apoio. Chegou a hora de desmontar o argumento da "arrogância". ■

Paulo Alexandre Coelho



A imagem de Ferreira Leite e Paulo Rangel, na noite da vitória, mudou os cenários

AS ELEIÇÕES EUROPEIAS VISTAS ATRAVÉS DO TWITTER



ASCENSO SIMÕES

"Fiquei muito agradado depois de uma volta pelo país. O povo socialista não quebrou. É muito bom sentir essa força".

12:52 PM 8 de Junho

CARLOS ZORRINHO

"Parabéns ao PSD! Já sabemos qual é o vosso máximo - 33%. O desafio do PS é estar muito acima disso (+10%)."

2:11 PM 7 de Junho

JORGE SEGURO SANCHES

"Os próximos meses são muito importantes para escolher o que queremos para Portugal. Acho que os resultados serão bem diferentes. Veremos"

3:49 PM 7 de Junho



Ferreira Leite ganha paz interna e já prepara programa

PSD acredita que fez o mais difícil: pôr o país a acreditar num Governo de direita. Falta o resto.

DAVID DINIS
david.dinis@economico.pt

“Manuela Ferreira Leite já pode respirar melhor” – a frase, assim simples, foi colocada no Twitter, logo cedo na noite eleitoral, por Hermínio Loureiro, deputado do PSD e presidente da Liga de Clubes. E não podia ilustrar melhor o clima que se vive entre os principais dirigentes do partido.

De resto, o resultado das europeias dava para Manuela Ferreira Leite escrever um livro de auto-ajuda: como passar de problema a líder máximo numa noite. Se o livro chegaria a best-seller, só daqui a três meses podemos saber. Mas, para já, é certo que a vitória de domingo, com uma margem de cinco pontos face a José Sócrates, já pôs o PSD a sonhar com o regresso ao Governo. E deu-lhe a paz interna que poucos julgariam possível.

No dia da vitória, com as urnas fechadas, Santana Lopes estendeu o tapete para os ex-adversários da líder seguirem o seu caminho: “A presidente do PSD é merecedora de parabéns. Fez questão de se manter fiel ao rumo que traçou para estas eleições, não se impressionando com o ruído contra si”. Horas depois, era Passos Coelho a prometer empenho: “O PSD mostrou que o PS é derrotável. Teremos todos de nos aplicar em demonstrar que este sinal pode ter continuidade nas legislativas.”. E até Luis Filipe Menezes veio a público atribuir a vitória à líder. Era a certeza que se esperava na São Caetano, sede do partido: todos juntos até Outubro.

A CRISE E CAVACO

Entre os mais próximos da líder, afina-se agora a estratégia para a prova decisiva. E, sobretudo, olha-se para os dois factores que, dizem, serão decisivos para os resultados. Antes de mais, a crise económica – os social-democratas acreditam que o Governo não está a conseguir travar os efeitos da recessão, e acreditam que o desemprego pode fazer subir a contestação a Sócrates. Depois, o factor x: as

intervenção pública do Presidente da República que, como esta semana no 10 de Junho, parecem acentuar a necessidade de mudar de políticas e de estratégia. “Quando fala da situação difícil em que estamos, o Presidente vai desgastando o Governo”, acredita um dos colaboradores de Ferreira Leite no partido. A palavra Cavaco será sempre tabu na sede do partido, mas na quarta-feira a própria líder não hesitou ao dizer que partilha “totalmente” o diagnóstico – pouco optimista – traçado pelo chefe de Estado acerca do estado do país.

A CRISE E CAVACO

De resto, de uma coisa não restam dúvidas: os social-democratas voltam a ter esperança de que seja possível chegar ao Governo em Outubro. Miguel Relvas, número dois de Passos Coelho na campanha interna, diz que o ponto de partida é “fantástico”, até por contraponto às europeias de cinco anos atrás, quando o partido ficou a quase 10 pontos dos socialistas. E sugere que a prioridade seja, agora, a de “ser claro nas alternativas”. Essa é a prioridade da líder – construir um programa. E a primeira bandeira está escolhida: parar as grandes obras do Governo. ■

Os mais próximos da líder acreditam numa vitória nas legislativas. E contam que a crise e as palavras de Cavaco podem ajudar à mudança.



Eleições

As dez decisões do Governo que ainda prometem polémica

A ordem no Governo é para manter o rumo. O TGV para Madrid é uma prioridade.

P12



Volta o fantasma da Ingovernabilidade

P16

PS em busca da tranquilidade perdida

P18



Grandes investimentos só vão ser fechados pelo próximo Governo

Apesar da polémica depois das eleições europeias sobre os poderes do Governo, José Sócrates não terá a palavra final no novo aeroporto e no TGV. Mas a ordem é para continuar. **P12-19**



Sangue laranja

Desde o mistério da morte de Sá Carneiro até ao desaparecimento de Maddie, passando pelos casos Casa Pia, Portucale, Furacão, compra de submarinos, engenheiros independentes, Apito Dourado, corrupção de árbitros, Fátima Felgueiras, Isaltino Morais, Braga Parques, empresário Bibi, queixas de Cravinho, operações imobiliárias da Obriverca, alterações dos PDMs para beneficiar construtores, Leonor Beza e infectados com sida, crimes e fuga do padre Frederico, ponte de Entre-os-Rios e Jorge Coelho, cabeça do autarca alentejano queimado e roubada do Instituto de Medicina Legal, agressões por ETs à mãe da menina Joana, fotografias de Teresa Costa Macedo reconhecendo gente 'importante', crimes fiscais de Albarran, negócios escuros do grupo Carlyle de Carlucci, mortes por negligência nas maternidades ambulantes, voos da CIA, distribuição dos amigalhões pelas casas da Câmara de Lisboa, finalmente, depois de anos e anos a batalhar, eis que surgem os primeiros resultados, fruto da luta cerrada do MP contra a criminalidade: uma acusação pelo roubo de duas galinhas; outra para a reformada que furtou um creme num supermercado; mais uma para a freira que não pagou bilhete no autocarro. A Procuradoria só não vê necessidade em criminalizar a acção dos mais fortes, a mais nociva para a saúde do Estado e da sociedade. Ou então age a medo, como no BPN, onde teve de esperar até que no nobre sangue laranja dos Loureiros já não corresse nenhuns bens. O sistema de justiça está de parabéns!

BARRA DA COSTA é criminologista e escreve neste espaço ao sábado

IDEIAS FORTES

A História explica. **António Freitas de Sousa** também. Através dela percorre o sistema de financiamento partidário para chegar ao actual veto de Cavaco Silva à lei proposta pelo Parlamento. À léguas da organização partidária portuguesa, o Irão vai a votos. Melhor: já foi. O objectivo é eleger o presidente e tudo indica que será o mesmo. **Cristina Krippahl** analisa estas eleições que podem ditar muito do futuro próximo do Islão e abrir precedentes noutras democracias que não o são de facto. A ilustração é de **Gonçalo Viana**

Partidarite aguda

Os partidos entraram no jogo político a partir de 1789, o ano da Revolução Francesa, como forma de substituir a anterior representação de classe (clero, nobreza e povo) - que era talvez a mais marcante herança do feudalismo na generalidade das sociedades europeias do final do século XVIII. Mas ao longo das décadas seguintes manteve-se uma discussão acesa em torno das suas virtudes, benefícios e vícios, com os filósofos, politólogos, políticos e principalmente agentes económicos a não conseguirem entender-se sobre se um partido valia mais ou menos que uma representação corporativa. Aparentemente, durante muitos anos a resposta foi negativa: as corporações profissionais, de classe ou outras mantiveram um elevado grau de representatividade e uma assinalável capacidade de 'lobby'.

O desenvolvimento industrial patrocinado por novas descobertas e invenções veio servir de esteio ao estabelecimento de uma nova fase do capitalismo - transformado rapidamente em neo-colonialismo por óbvia falta de mercado no espaço cada vez mais curto da Europa, mas isso é outra história - que, entre outros benefícios igualmente duvidosos, retirou espaço e significado às corporações. Para sua infelicidade, ao mesmo tempo que acabava com o sentido prático da existência daquelas estruturas, abria as portas ao sentido e à necessidade - dir-se-ia quase à obrigação - dos sindicatos.

Mas o dilema mantinha-se: valeria mais um sindicato ou um partido? A solução adoptada foi simples: alguns sindicatos transformaram-se em partidos (através da criação de estruturas-satélite com capacidade para concorrer a eleições), deixando de lado a esterilidade da discussão académica. Foi assim na Alemanha (com a criação do Partido Social-Democrático, de Karl Marx) e em França (com vários partidos de raiz socialista a unificarem-se em 1905 por pressão da II Internacional), de forma um pouco diferente em Inglaterra, mais tarde na Rússia e com curiosíssimas mudanças em Espanha (onde o anarco-sindicalismo levou sempre a dianteira ao socialismo).

Antes e depois, outras tendências e outros interesses chegavam às mesmas conclusões e à mesma fórmula para solucionar representatividade, acção e 'lobby'. Estava criado o monstro: os partidos tomaram de assalto a própria democracia parlamentar, e ainda por lá estão - com todas as derivações conhecidas, desconhecidas, sub-entendidas e proclamadas, por mais estapafúrdias que algumas possam parecer. Ao longo do século XX, os partidos encheram o espaço da democracia, ocupando-o com uma parafarnália de iniciativas, burocracias, tradições, mal-entendidos, historietas, mensagens, discursos, lugares comuns e incomuns e legislação avulsa de tal ordem grandiosas que conseguiram transformar-se, eles próprios, no significante mais completo do substantivo que pretendiam servir (a tal democracia). A pontos de actualmente não ser difícil passar a mensagem absurda segundo a qual não existe democracia sem partidos. Existe democracia sem partidos, mas o que parece ser cada vez mais certo é que o contrário já não é possível: existe cada vez menos democracia nos regimes de partidarismo parlamentar - vamos chamar-lhe assim, à falta de melhor vocabulário.

A nova lei do financiamento dos partidos políticos, das campanhas eleitorais e dos grupos parlamentares - que o Presidente da República vetou sem se preocupar em dizer porquê - é o corolário dessas décadas de construção substitutiva da democracia pelos partidos. O que não é um disparate: se é tão fácil confirmar que não há democracia sem partidos - e se os eleitores aceitam o axioma com tão aparente benevolência - então há que aceitar que se lhes abram as portas aos financiamentos (o que no caso quer dizer sobrevivência) principalmente numa altura em que o dinheiro é um bem escasso, caro e escondido. E porque o é, há que aceitar que aos partidos seja permitido alargar o espectro de potenciais veículos de financiamento; que lhes seja autorizada a diluição de 'plafons' estreitos; e que não lhes seja negada a possibilidade histórica de praticar o bem entre os seus.

Todos os partidos votaram a favor da nova lei (com a excepção de um voto contra e uma abstenção), o que inquestionavelmente indica que ela está bem feita - para o quê é que é mais discutível, mas isso é novamente outra história. Ou, dito de outra maneira, está inquestionavelmente bem feita, tendo em vista os fins que lhe são subjacentes.

O que não é certo, é que o Governo de José Sócrates - cujas probabilidades de existir quando este jornal for impresso são, digamos, razoáveis - acabado de sair de umas eleições europeias que dificilmente podiam ter-lhe corrido pior, queira comprar uma nova guerra com Cavaco Silva. Aquelas pessoas que há uns meses acreditavam na sã convivência entre S. Bento e Belém, para além de terem de admitir envergonhadamente que caíram num conto do vigário (ainda por cima mal contado), são as primeiras a reconhecer que Sócrates tem tudo a perder perante qualquer confronto criado com Cavaco Silva até às eleições legislativas. A coisa está de tal sorte, que um confronto entre o primeiro-ministro e o Presidente da República já nem votos da esquerda chama para o PS - uma verdadeira desgraça, portanto. É por isso de admitir que o Governo atire com a nova lei do financiamento dos partidos para o fundo da gaveta - até porque se há coisa com que é preciso lidar agora é com o efeito sistémico do BPN (mas como é que o banco veio parar aqui?) - pelo menos até à próxima legislatura.

O que - com esta lei ou com outra qualquer, mais moderada (queria dizer mais envergonhada, menos descarada) - vai dar ao mesmo: o que devia estar em discussão não é o financiamento dos partidos, mas sim o fundamento dos partidos.



Letra a letra: Mahmoud Ahmadinejad

Os iranianos também vão às urnas. Ou melhor, foram. Foi ontem, para eleger um novo presidente - ou melhor, provavelmente o mesmo presidente. Chama-se Mahmoud Ahmadinejad e foi colocado numa famosa lista negra, a do ex-presidente norte-americano George W. Bush: a dos países do eixo do mal.

Tratou-se da décima eleição desde a revolução de 1979, arábica. Nessa altura em que o Ocidente começou a torcer o nariz àquele país da península. Reza a história que, nesse ano, o regime do Xá Reza Pahlavi caiu. Foi o primeiro de muitos e deu origem a um novo capítulo da história, a dos estados islâmicos fundamentalistas. Nessa altura, as guerras no Médio Oriente intensificavam-se. Da disputa pelos territórios santificados de Israel ao Afeganistão, onde as tropas da URSS entravam à procura da primeira vitória a sério da guerra fria. Essa guerra, a fria, estava para acabar em breve - dez anos depois, em Berlim. Mas a marca de uma nova história no Médio Oriente ficava para lavar e durar. Durou, então (esse capítulo) até há pouco. E o que mudou só mudou, agora, no outro lado do mundo. Mudou agora, quando Barack Obama pisou terras do Cairo para prometer um novo capítulo nas relações com o Islão.

E que tem isso a ver com as eleições no Irão? É que delas dependem, em muito, as próximas páginas deste livro. Os principais candidatos à presidência são o conservador Ahmadinejad e o antigo primeiro-ministro Mir-Hossein Mousavi, um «falcão» da primeira hora, hoje conotado com a ala reformadora. A campanha eleitoral foi acesa, com troca pública de insultos entre os candidatos e adeptos polarizados. Prenúncio de uma eleição pluralista e de um novo Irão? Talvez.

Os bons sinais, acreditem os incrédulos, existem na terra do Xá. Primeiro facto: Ahmadinejad perdeu popularidade. O Chefe de Estado não cumpriu a promessa de combater a corrupção e a sua atitude de confronto aberto em relação ao Ocidente incomoda (sim, isso) uma parte importante da sociedade iraniana, que vê no isolamento do país uma afronta à sua dignidade. Segundo facto: a crise económica que assola o país prometeu pesar na votação, mesmo sendo rico em petróleo. Terceiro facto: pela primeira vez, debateu-se, na campanha, o papel da mulher no Irão. Tanto Mousavi, como um dos outros candidatos, Mohsen Rezaii, defenderam direitos iguais para as mulheres. Mas chegarão estes factos para uma mudança, para se falar de uma democracia?

O politólogo Wahied Wahdat-Hagh não acredita. Sobretudo não acredita que os candidatos nomeados pelos órgãos totalitários e não-eleitos do Estado possam proceder a reformas internas - mesmo que, por milagre de Alá, sejam eleitos os 'reformadores'. E há indícios para sustentar esse pessimismo, como a reduzida participação eleitoral nos centros urbanos. "Segundo as estatísticas das Nações Unidas, não há no mundo inteiro outro país do qual tenham fugido tantas pessoas nos últimos 30 anos como do Irão", afirma.

E haverá, ainda, esperança de um diálogo entre civilizações - uma resposta positiva ao discurso de Obama no Cairo? Ou teremos que esperar por um novo regime, por um novo rosto no Irão, para que exista um verdadeiro diálogo entre as partes? Para que o nuclear não seja uma ameaça à vida em comum, não seja uma barreira entre os povos? Não se espere desta pergunta uma resposta conveniente. É Wahied Wahdat-Hagh, investigador da Fundação Europeia para a Democracia, em Bruxelas, que nos dá a resposta que não queríamos ouvir: "Para sobreviver, o regime iraniano vai ter que ser ainda mais rigoroso na implantação da ideologia revolucionária. Não vai haver cedências no programa nuclear, nem noutras questões internas que interessam menos ao Ocidente, como o respeito dos direitos humanos."

Preparem-se, então. Aprontem os escudos, procurem os refúgios, desçam aos 'bunkers': o eixo do mal está aí e promete não dar descanso. Alguém falou de crise?

opinião

a semana por...



Filomena Martins

O que os eleitores puniram acima de tudo nestas eleições europeias foi uma certa forma de fazer política

UM GRANDE VENCEDOR

CR7 – a maior marca do futebol mundial

Duas das mais caras transferências de sempre do futebol são portuguesas. Há nove anos, Figo. Agora, Ronaldo. Claro que, na actual crise global, se têm de levantar dúvidas sobre o modelo financeiro que suporta as loucuras que o Real Madrid está a fazer nesta pré-época, novamente com Florentino Pérez. Claro que o momento é oportuno para repensar o modelo actual das competições futebolísticas, que muitos dizem estar gasto, do Mundial à Liga dos Campeões. Claro que é urgente adaptar as regras antigas às modernidades tecnológicas (basta lembrar o último Chelsea-Manchester da Champions). Claro que Portugal tem de impor regras claras aos seus clubes e aos seus árbitros. Mas do que falamos aqui é do valor do futebol nacional. Que teve Figo, Rui Costa e Paulo Sousa e que tem Ronaldo, Mourinho e o FC Porto. Do que falamos aqui é de ter um trunfo que vale 25 mil euros por dia. E esse trunfo é para ser valorizado e para ser usado. Para começar, contra profetas que acham que um Mundial ibérico só nos trará gastos.

UM GRANDE VENCIDO

7J – a data do atentado eleitoral contra o PS

Se há coisa que ficou clara na derrota confrangedora do PS para baixo da barreira mítica do milhão de votos foi que, mais do que políticas, José Sócrates tem de mudar a forma como as elege, como as comunica e a imagem do seu governo sempre que as justifica. A governação para as estatísticas (na saúde, na educação, na segurança) e a governação *show off* (glosando me-

didadas que valem por si, como o *Magalhães*) não valem em nada quando milhares perdem o emprego diariamente ou vêem as suas empresas fecharem. Sócrates devia ter ouvido Çavaco e transmitido a verdade dos factos e da crise de forma clara, mandando calar os ministros que insistem em vender ilusões. O que os eleitores puniram acima de tudo nestas eleições europeias – que os portugueses con-

tinuarão a desvalorizar enquanto figuras como José Lello as considerarem "a feijões" (*dixit*, DN, 11 de Junho) – foi uma certa forma de fazer política. Foi a arrogância do ter sempre certezas sem admitir qualquer discussão (até na escolha de Vital), o quero, posso e mando sem dar ouvidos a quaisquer sugestões, a falta de humildade para arrepiar caminho da maioria dos ministros. E é por

isso que boas reformas, boas decisões e opções estratégicas correm o risco de cair nestes três meses em que o Governo, já sem tempo para alterações profundas e acochado pelo aviso de 7 de Junho (7J) e pela pressão da oposição (à esquerda e à direita, com Alegre pelo meio), dificilmente deixará de ceder às tentações eleitoralistas. ■

Directora adjunta

E OUTROS QUE A VER VAMOS

O tempo de o PSD fazer contas

Factos: o PSD ganhou claramente as eleições europeias e uma nova figura no partido: Paulo Rangel, o homem que conseguir calar Sócrates, obrigando todas as televisões a interromperem a conferência de imprensa do primeiro-ministro (a RTP foi a última, mas isso é um pormenor) para ouvirem as suas declarações. Mas, agora que o tempo de festa já passou, façamos contas claras: a votação dos sociais-democratas está longe da de outros tempos; a esquerda junta (PS, Bloco e CDU) teve mais votos que a direita; mesmo em coligação com o CDS, poderá não conseguir uma maioria absoluta; a fuga de votos do PS foi maioritariamente para o Bloco; o "centrão", o bloco móvel de eleitores que verdadeiramente decide quem ganha, se PS ou PSD, está cada vez mais magro. Manuela Ferreira Leite tem muito trabalho pela frente para capitalizar os resultados de domingo.

A alavanca Alegre que obriga o Bloco a pensar o futuro

Dos 340 mil votos que o PS perdeu para outros partidos nestas europeias (mais 270 mil para a abstenção), a maioria foi para o Bloco – 130 mil contra 90 mil para o PSD, 40 mil para o PCP e 20 mil para outros partidos. Mas a grande alavanca que tornou os bloquistas na terceira força política nacional não foi Louçã, nem Miguel Portas, mas sim Manuel Alegre. O crítico socialista deve agora estar a fazer contas à vida: se este seu "poder" lhe dá garantias de unir toda a esquerda no apoio à desejada candidatura presidencial, com perspectivas de vitória, até onde poderia ir um partido, de esquerda unida, que liderasse? Esse, sim, poderia ser um novo PRD e ter ambições de Governo. Já uma aliança governamental com o PS por parte do Bloco destruirá por completo o ADN do partido. E Louçã sabe-o bem. A parceria que queria com Alegre era outra.



A dúvida de saber se o País quer uma direita vencedora

Estiveram do lado certo da barricada (eis uma palavra que não teria problema em sair com gralha!) do BPN, ao contrário de Vital Moreira, e tiraram daí os seus dividendos. Tal como tiraram partido da sua barricada (aceita-se novamente a gralha) anti-sondagens: puderam assim festejar em vez de ter de explicar a ultrapassagem do Bloco e o que vão fazer nas legislativas. Subir 1,1% na votação em relação a 2005, ficando com 4% a 5% dos votos que o PSD terá roubado ao PS, dão fôlego a um partido que se dizia já nem encher o tal táxi. Ser de novo o trunfo para uma coligação governamental, com o PS ou o PSD, é um objectivo conquistado. Mas os 21% de votos destas europeias que foram para a esquerda do PS obrigam a reflectir se o País quer mesmo uma direita vencedora. Ou se houve realmente uma direita vencedora nestas europeias.



Supervisão

Paulo Alexandre Coelho



Na última segunda-feira, Constâncio esteve inflexível na Assembleia da República. Na próxima semana há novo 'round' com os deputados da comissão de inquérito ao caso BPN.

Constâncio aperta o cerco às 'offshores'

O Banco de Portugal enviou uma carta circular às instituições financeiras, onde reforça a exigência na apresentação de relatórios sobre os veículos 'offshore'.

SANDRA ALMEIDA SIMÕES sandra.simoes@economico.pt

Depois dos últimos casos na banca nacional, nada será como dantes. Esta foi uma das mensagens que Vítor Constâncio quis deixar aos deputados da comissão de inquérito parlamentar ao BPN, na passada segunda-feira. No dia em que enfrentou o escrutínio do PSD e do PCP, durante cinco horas, e que recusou apresentar a demissão, criticando a forte "campanha e perseguição política" feita contra o Banco de Portugal (BdP), o Governador enumerou as medidas que, no seu entender, permitirão aperfeiçoar a eficácia da supervisão prudencial.

Um dos pontos-chave em que Constâncio se centrou foi no diploma, à espera de aprovação na Assembleia da República, que prevê a proibição de concessão de créditos a entidades sediadas em 'offshores' que não disponibilizem a informação necessária aos supervisores.

E a verdade é que, apesar do diploma aguardar aprovação, Constâncio enviou este mês uma carta-circular às instituições de crédito, sociedades financeiras e sociedades gestoras de participações sociais, onde clarifica o seu "entendimento" sobre os relatórios de controlo interno dos grupos financeiros "e face às preocupações prudenciais emergentes do exercício de actividades através de centros 'offshores'".

Na carta, com quatro parágrafos, o supervisor da banca recorda um aviso - emitido em Julho do ano passado - onde se estabelece que as instituições devem dispor de um sistema de controlo interno, "com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da actividade". Agora, o supervisor reforça que, no relatório anual sobre esse sistema de controlo interno, é exigida informação sobre as en-

tidades "abrangidas pela definição de estabelecimento 'offshore'". "A apresentação de relatórios individuais pelos estabelecimentos 'offshore' visa obter informação complementar sobre a actividade por estes desenvolvida [...], bem como a percepção de eventuais deficiências idiossincráticas de controlo interno", pode ler-se na carta circular.

Este novo "entendimento" do BdP vem clarificar e reforçar um aviso sobre as regras a cumprir na ligação entre bancos e 'offshores'

As próprias expressões utilizadas ao longo do documento denotam a intransigência do BdP face à ausência ou omissão no reporte de informação. "Os relatórios devem permitir uma compreensão apropriada sobre o modo como é garantida a necessária articulação com a sede ou empresa mãe [...] os relatórios devem claramente [...] ser acompanhados por uma opinião do órgão de administração, por pareceres de órgãos de fiscalização e do revisor oficial de contas".

Perante a dificuldade, reconhecida por Constâncio, em detectar estas operações, que envolvem muitos milhões de euros e que conheceram no BCP, BPN e BPP contornos com indícios criminais, o Governador deixou, na AR, a promessa: "Se este diploma for aprovado, o Banco dirá quais as 'offshores' em que a necessidade se serem prestadas informações aos re-

guladores não foi cumprida. E são muitas."

PUNIÇÃO PARA GESTORES

Para além desta matéria, Constâncio enunciou ainda outras medidas para melhorar a supervisão, até porque considera que existem "muitos equívocos sobre o que é a supervisão", bem como "convicções erradas".

Vítor Constâncio defende um aumento da exigência na criação de bancos e a possibilidade de o BdP suspender e criminalizar administradores bancários quando estes não cumpram deveres de informação perante os supervisores. "O quadro de punição para os crimes de colarinho branco devia ser mais ágil e severo". Investigar saída de gestores, reforçar os objectivos do conselho de auditoria, alargar o número de equipas de supervisão permanente nos bancos e reforçar a cooperação com o Ministério Público estão entre os objectivos. ■



Conclusões da comissão BPN serão discutidas a 3 de Julho

É um projecto ambicioso que exige um investimento superior a 1.200 milhões de euros.

**TIAGO FREIRE
E SANDRA ALMEIDA SIMÕES**
tiago.freire@economico.pt

A comissão parlamentar de inquérito ao BPN acelera para o seu fim. O relatório com as conclusões dos deputados será discutido e votado em plenário a 3 de Julho, data acordada em conferência de líderes parlamentares.

Antes disso, normalmente com uma semana de antecedência, o documento é analisado e discutido pelos próprios membros da comissão e seus grupos parlamentares. Isto coloca alguma pressão temporal para a conclusão dos trabalhos, uma vez que, na próxima semana, ainda se realizam as duas últimas audições. A primeira, já na segun-

da-feira a partir das 15:00 horas, é a continuação da audiência do início da semana passada. Vítor Constâncio falou durante várias horas perante os deputados mas, devido ao adiantado da hora alguns não tiveram oportunidade de questionar o Governador do Banco de Portugal (BdP). Foi o caso dos representantes de Bloco de Esquerda, PS e CDS/PP. Este último partido, que tem na linha da frente a "estrela" desta comissão de inquérito - Nuno Melo - promete novo ataque a Constâncio. Este deputado, que chegou atrasado à última reunião, vinha munido de inúmeros documentos e, como habitualmente, preparava-se para recorrer a um vídeo.

Não se espera, no entanto, que a reunião de segunda-feira traga grandes novidades. Isto porque Vítor Constâncio já falou amplamente sobre o BPN e sobre a actuação do supervisor. O seu argumento-chave, inclusive sobre relatórios de supervisão de 2005, é que o BdP detectou vários problemas pruden-

ciais - que foram sendo resolvidos - mas não encontrou qualquer crime. Salientou ainda que aquilo que se veio a saber depois, nomeadamente relacionado com o Banco Insular, não havia sido detectado pelo regulador, o que explica que este não tenha tomado medidas sobre esse processo, especificamente.

Na quinta-feira, ao final da tarde, será ouvido o ministro das Finanças e antigo presidente da CMVM, Teixeira dos Santos. Concluídas as audições, prosseguirá o trabalho, já em curso, de elaboração do relatório da comissão. ■

Depois de Constâncio, já na segunda, Teixeira dos Santos será ouvido na quinta, concluindo as audições da comissão.



Vítor Constâncio aperta o cerco às 'offshores' dos bancos

O Banco de Portugal enviou uma carta aos bancos a exigir novos relatórios sobre as 'offshores'. P22



Documento final para decidir futuro do BPN já está nas Finanças

Solução. A administração do banco presidida por Francisco Bandeira entregou toda a informação actualizada

A administração do BPN, designada pelo Governo após a nacionalização do banco, entregou já o documento final com toda a informação actualizada que suportará a decisão sobre o futuro do banco, revelou o presidente, Francisco Bandeira.

Fonte oficial do Ministério das Finanças confirmou que recebeu na terça-feira à noite informação actualizada, no quadro do "acompanhamento permanente" que faz do banco com a administração, por forma a ter todas as "informações relevantes" para poder tomar uma decisão.

Francisco Bandeira, que diz que é "com prazer" que está à frente do BPN e continuará "até este sair da órbita da Caixa Geral de Depósitos (CGD)", revelou que o documento irá "suportar a decisão final e definitiva" do Governo.

Recorde-se que o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, disse no Parlamento que o Governo

privilegiaria a venda do BPN e prometeu para muito em breve a decisão do Governo sobre este *dossier*.

O actual presidente da administração do banco também defendeu, na conferência de apresentação de resultados, estar cada vez mais convencido que a melhor solução é vender a instituição. "Se o accionista concordar, o próximo passo será pôr o Caixa Banco de Investimento a preparar este activo para venda", considerou.

Até estar executada a decisão que o Governo vier a tomar para o futuro do BPN, deverá manter-se em funções a actual administração, designada pelo Governo após a nacionalização. Presidida por Francisco Bandeira, a administração inclui Mário Gaspar, Norberto Rosa, Pedro Cardoso, Rui Pedra e Jorge Pessoa.

No final do ano passado, o banco tinha capitais próprios negativos que rondavam os 1,6 mil milhões. ■ LUSA



Salvar banca custou à UE 3,8 mil milhões

Crise. Só o Reino Unido gastou 781 milhões, incluindo a nacionalização de algumas instituições

Bruxelas já fez as contas aos planos de resgate dos bancos adoptados durante a crise financeira – custaram 3,77 mil milhões de euros, mais que todo o PIB da Alemanha, a maior economia da Zona Euro.

O Reino Unido está à cabeça da lista. Londres foi obrigada a injectar 781,2 milhões de euros no sistema financeiro, se se incluir as verbas destinadas a nacionalizar algumas instituições mais emblemáticas do mercado de crédito hipotecário, como o NorthernRock.

A Dinamarca, que teve de resgatar 13 bancos, surge a seguir no *ranking* das ajudas públicas, com 593,9 milhões de euros, surgindo a Alemanha em terceiro lugar, com 554,2 milhões. Espanha está no fim da tabela com 130 milhões; Portugal criou um fundo de recapitalização de 5 mil milhões que não chegou a ser utilizado, embora o nacionalizado BPN tenha ainda um "buraco" de 1,6 mil milhões.

A medida mais generalizada, adoptada por 18 países, foi a introdução de garantias sobre depósitos; 15 países aprovaram também medidas de recapitalização e outros 11 realizaram directamente injeções de liquidez nos bancos. ■ V.M.



varanda de são bento

Teresa Dias Mendes, TSF

Paulo Rangel, um conquistador excêntrico



A vitória do PSD deve-lhe muito. Muitos quilómetros, e outro tanto de saber estar, ouvir, responder, rir e até espirrar (literalmente) com perguntas mais alérgicas. Terá surpreendido os mais desatentos (até no próprio partido, mais de metade dos vice-presidentes preferiam Marques Mendes para o desafio das europeias). Quem convivia, há uns meses, com a presença de Rangel sabia que este homem do Norte, com "ar certinho" – são palavras do próprio –, pode desconcertar.

Rangel é um homem de peso e de palco. Embora diga que convive muito mal com a exposição pública em demasia. Deve ter sido isso mesmo. Exposição pública em demasia. Da campanha, claro. Senão não se percebe o que o leva a meter os pés pelas mãos, quando interpelado sobre o veto do Presidente à lei do financiamento dos partidos. E foi o que se passou na terça-feira ao final da manhã, acabadinho de regressar à Assembleia. Dizendo aos jornalistas: "O PSD sempre foi contra os pontos da lei focados no veto do Sr. Presidente..." A frase foi interrompida: "Mas o PSD votou a favor! É co-autor do projecto..." Rangel insiste: "A sr.ª, presidente disse, e disse muito bem, que o PSD apenas cedeu a um partido, o PCP, mas que estava disponível para alterar a lei. Nunca foi a favor destes pontos..." Várias interrupções depois Rangel ainda insistia em afirmar o que nunca aconteceu. Decepcionado com as perguntas dos jornalistas – "mas então agora questionam a posição do PSD?" – ou noutra versão ("não percebo as perguntas, não consigo perceber. A presidente do partido disse sempre..."). Disse, mas depois da lei ser aprovada e já com um certo coro de protestos, que o PSD estaria disponível para alterar, abrindo a porta a Cavaco para o veto. Todos perceberam. Mas no Parlamento nem nunca se ouviu Paulo Rangel sobre o tema. E nem na especialidade o PSD disse estar contra, nem uma declaraçãozinha de voto para memória futura. Nada. Rangel teve em tempos "muito boa memória" mas uma pessoa "deixa de se dedicar a essas excêntridades". Política de verdade?!

Boomerang

■ Foi mais ou menos o efeito conseguido por Jaime Gama a propósito da eleição do novo Provedor de Justiça. Falhada a segunda volta e depois de Nascimento Rodrigues renunciar ao cargo, ao Presidente da Assembleia bastou uma frase para que todos percebessem o recado: "Os partidos que conseguiram o consenso para a lei do financiamento dos partidos, com certeza que saberão ultrapassar também este impasse." Alguém acredita? Só se der voto para as legislativas.

Quem avisa, tua amiga é

■ Foi a única voz do PS que se fez ouvir. Maria de Belém, confrontada pelos jornalistas com as duras críticas de Vital Moreira ao PSD sobre o caso BPN, não fugiu. Sublinhou a participação do PSD nos trabalhos da comissão de inquérito e ainda se demarcou da linguagem usada pelo então candidato socialista. E disse-o no Parlamento, onde preside à comissão parlamentar. Quem a criticou de imediato que agora lhe reconheça o mérito de só ter visto o óbvio. Há ataques que se viram contra quem os faz.



A força da mudança

■ Pode o PS exclamar toda a legitimidade para governar e tem-na. Pode o Conselho de Ministros lembrar que o Governo não está em gestão. E não está. Pode José Sócrates insistir que se deve ao PS a presença quinzenal do primeiro-ministro na Assembleia. E deve. Mas a partir desta semana sopram novos ventos parlamentares. E só o PS tem na sombra uma derrota. Trabalhos esforçados para a maioria mas não menos descansados para a oposição. Vem aí um mês "rasgadinho".



A PÁGINA DE JOSÉ MEDEIROS FERREIRA



PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
apaginade@correioamha.pt

“ O País procura novos caminhos, e expressou isso de forma desencontrada nas eleições de domingo. Hesita entre a esquerda e a direita, como hesita entre dar uma nova oportunidade a quem o meteu na crise, ou salvar-se por outros meios. Não quer é manter o rumo

Bicefalias à Direita

Os resultados das eleições europeias vieram introduzir lideranças bicéfalas nos partidos da direita. No PSD, graças à vitória alcançada, surge Paulo Rangel em reserva do partido ombreado com Manuela Ferreira Leite sem lhe querer fazer sombra para já, mas sobretudo criando uma nova hierarquia de dirigentes sociais -- democratas, desalojando Rui Rio de sucessor putativo e remetendo este para provas adicionais nas autárquicas de Outubro. Coisa bem visível quando o presidente da Câmara do Porto apareceu nos ecrãs a prestar umas declarações que passaram despercebidas e mais acentuaram a mudança de estatuto. Por maio-

ria de razão a vitória de Rangel relegou Passos Coelho para a penumbra.

No CDS a bicefalia será mais dramatizada tendo em conta o especial temperamento de Paulo Portas. Com efeito, Nuno Melo tem vindo, ultimamente, a cativar as atenções por motivos políticos. Começou com as preparadas prestações na comissão de inquérito da AR ao caso SLN-BPN e teve a melhor expressão na campanha eleitoral, sobretudo porque o CDS foi um dos partidos vencedores das sondagens que o davam como mori-

bundo em termos europeus. Além disso ele dominou o jogo televisivo das declarações populares na noite de domingo. Foi então que Paulo Portas jogou o trunfo da apresentação de uma moção de censura ao governo. Um brinde ainda não se sabe para quem. Uma coisa é certa: o CDS-PP ficou em último lugar na liga em que joga mas não baixou de divisão...

A vitória de Rangel relegou Coelho para a penumbra

Essas bicefalias nem sempre são negativas e bem geridas até podem reverter a favor dos partidos que as suscitam. Muito pior é ficar dependente de uma só solução de liderança... ■

A terceira esquerda?

■ Um dos vencedores das europeias foi Cohn Bendit, o antigo líder estudantil de Maio 68. Conseguiu que uma espécie de bloco alternativo mordesse os calcanhars do PSF que já não tinha um score tão mau desde Rocard e Jospin. Cohn Bendit ora se apresenta como aliado ora como concorrente dos socialistas franceses para alcançar uma terceira esquerda. Sarkozy já virou "écolo" ... ■

Os juniores de Queiroz



■ Começo por uma declaração de interesses: se a Selecção for à África do Sul também sou capaz de ir. Podem então imaginar como tenho sofrido, ora com os resultados ora com as exibições. Com a Albânia fiz um teste de primeira ao coração. Aguentei, pois Madaíl não saiu mais cedo e o golo apareceu marcado por um defesa central, a actual lusa especialidade. Com a Estónia fiquei pela primeira parte... ■



Factos e teorias

■ Escrevi 2ª feira que o PS já não ganha eleições desde as legislativas, e citei as autárquicas de 2005, as presidenciais de 2006, e as europeias de 2009. C. Leone, no blogue o Amigo do Povo, apresentou as intercalares de Lisboa em 2007, e as açorianas de 2008 como contra-argumento. Persisto no maior significado político das derrotas: em Lisboa as eleições ganhas por Costa foram motivadas pela autodemissão do executivo do PSD acusado de ilegalidades, e nos Açores César já era governo há 12 anos. ■

Discursos de 10 de Junho em Santarém

■ Foi excelente o discurso de António Barreto em Santarém na sua nova qualidade de comissário presidencial para as comemorações do Dia de Portugal. Mais sereno do que nos seus artigos de imprensa, Barreto apresentou um texto compreensivo dos vários significados que a data já teve, traçou um quadro claro do que se deve fazer para restituir aos portugueses algum sentido de corpo para o futuro, e apontou

o caminho do exemplo de quem de direito como forma de governar e de fomentar a coesão nacional.

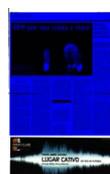
Quando Cavaco Silva tomou a palavra a sua tarefa não se apresentava fácil. É claro que se referiu à forte ausência de domingo como um facto negativo. Mas uma coisa é certa: os portugueses quiseram mesmo abster-se na sua grande



maioria. O tempo não esteve bom nem mau, os feriados só começavam a meio da semana. Não se pode negar o referendo aos portugueses e depois querer o seu voto representativo. ■

A SEGUIR

■ BBC A estação segue a vigilância da costa portuguesa; chamei aqui a atenção para o concurso da compra de equipamento para a vigilância da costa arrematado à empresa espanhola Indra. Também a BBC se referiu ao assunto acentuando que algumas das condições oferecidas pela Indra estão dependentes de um futuro acordo político entre Lisboa e Madrid. A BBC considera a empresa açoriana Globaleda, outra concorrente, como a melhor tecnicamente...



EMPRESAS

BPP por sua conta e risco

Teixeira dos Santos recusa apoio financeiro a clientes do banco depois de criar expectativas



Ministro das Finanças acusa BPP de esconder activos de retorno absoluto. Se os tivessem assumido teriam de ter aumentado capital FOTO ANDRÉ KOSTERS/LUSA

Texto ANABELA C. CAMPOS e ISABEL VICENTE

Na resaca eleitoral das europeias, o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, anunciou que o Governo não irá colocar nem mais um tostão no Banco Privado Português (BPP). Na prática, o Executivo acaba por deixar os clientes por sua conta e risco, limitando-se a apadrinhar a constituição de uma entidade externa ao universo do BPP para onde serão transferidos os investimentos de retorno absoluto.

Fê-lo sem avisar formalmente a administração do BPP, o Banco de Portugal (BdP) e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), apanhando-os de surpresa, e apresentando um modelo diferente do proposto pelas autoridades.

A administração de Adão da Fonseca colocou-se claramente ao lado dos clientes de quem diz serem "na sua vasta maioria pequenos e médios aforradores, muitos empresários e reformados que confiaram no BPP para aplicar as poupanças de uma vida".

As Finanças recusaram ainda liminarmente apoiar a viabilização do BPP através da entrada no capital — entre €150 milhões a €200 milhões utilizando a linha de recapitalização. Teixeira dos Santos afirma mesmo que "o BPP, pela sua dimensão, quota de mercado e modelo de negócio (gestão de património) não apresenta um risco sistémico relevante que justifique o envolvimento de dinheiros públicos". Além disso,

sublinhou: "o Plano de Recuperação e Planeamento não se enquadra nas regras do regime de capitalização".

A solução do Governo desagradou profundamente os clientes, até porque nas últimas semanas pairou no ar a ideia de que estava a ser trabalhada uma solução cuja arquitectura garantisse a possibilidade de estes recuperarem a médio prazo o capital das suas poupanças, recebendo de imediato uma parte das mesmas. "Para apresentar uma solução destas podiam tê-lo feito em Dezembro. Andaram a delapidar o património dos clientes para pagar salários dos administradores, a empatar o desfecho e a criar expectativas de que a solução seria diferente", afirmou Jaime Antunes, líder da Associação Privado Clientes. Critica ainda o facto de "no BPN terem convertido em depósitos aplicações idênticas às de retorno absoluto e no BPP não fazerem o mesmo".

Quer Jaime Antunes quer Miguel Henrique (advogado de um conjunto de clientes) denunciam a possibilidade de, em caso de falência, os clientes enquanto credores poderem vir a ser prejudicados. Isto porque se a garantia dada pelo Estado pelo empréstimo de €450 milhões for accionada, poderá suceder que seja o Estado a ter primazia na recuperação do dinheiro. Entretanto os clientes do BPP suspenderam o protesto na sede do banco onde pernoitavam desde a semana passada. Mas foi criado um grupo para acompanhar o projecto de solução avançado pelas Finan-

ças junto dos responsáveis do BPP.

A proposta do Governo peca por deixar em aberto muitas questões sem resposta clara, nomeadamente quando será criada a entidade que irá aglutinar as aplicações dos cerca de 2700 clientes (€1,2 mil milhões), quem a irá gerir e de que forma será accionado o Sistema de Indemnização ao Investidor (SII). As Finanças dizem que será nos termos da lei, mas não explicam em que condições. Sabe-se para já que cada titular terá, em princípio, direito a €25 mil e que o Fundo de Garantia de

Depósitos prestará apoio "sob a forma de empréstimos e garantias". O Governo apenas diz que as participações dos clientes serão transformadas em novos títulos: remunerados, transaccionáveis e reembolsáveis anualmente em prazo e condições a definir.

A administração do BPP e a CMVM estão há duas semanas a olhar para os contratos dos clientes para decidir quais destes deverão ser considerados depósitos — na prática serão todos os contratos de produtos de retorno absoluto sem a assinatura do cliente, ou aqueles em que se prove não ter sido dado consentimento do cliente.

A precissão ainda vai no adro, e avizinhnam-se novos imbróglis jurídicos. Os clientes recebidos esta semana em Bruxelas foram aconselhados a avançar para os tribunais e não é líquido que aceitem uma proposta idêntica à que já haviam recusado nos últimos meses, o que poderá desencadear uma nova onda de processos contra o Estado e supervisor bancário, que tem congelado o acesso às contas desde Dezembro.

Os clientes serão ainda tentados a engrossar a lista de acções contra a anterior gestão. As Finanças dão o mote, ao dizerem que a garantia dada pelo BPP aos clientes nunca foi comunicada às autoridades de supervisão, nem sequer registada no balanço do banco (ver texto ao lado). "Se o tivesse feito, o BPP teria que ter capitais próprios mais elevados para poder cobrir a responsabilidade assumida com os clientes", dizem as Finanças.

acampos@expresso.imprensa.pt

Parecer de Júdice apoia tese de Rendeiro

Fundador do BPP foi o cliente que levou MP a fazer buscas na PLMJ. Júdice acompanha Rendeiro e o grupo Privado desde a sua criação

João Rendeiro, fundador do BPP, foi o alvo das buscas ao escritório da PLMJ — A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice & Associados. Segundo fonte próxima do processo, o Ministério Público (MP) queria ver documentos, mensagens de correio electrónico e cartas trocadas entre o escritório e o cliente João Rendeiro e acabou por constituir arguido um dos advogados que tratava do dossiê, para poder aceder à informação.

A administração de Rendeiro e o BPP estão a ser investigados pelo MP na sequência de eventuais ilícitos: fraude fiscal, falsificação de contabilidade e branqueamento de capitais, entre outros. No âmbito das buscas, as contas de Rendeiro e outros ex-administradores terão sido congeladas. O próprio ministro das Finanças sublinhou que "a acção inspectiva da CMVM e do BdP detectou irregularidades graves, que substanciam a prática de crimes no BPP, envolvendo a realização de operações fictícias, em prejuízo dos clientes, e falsificação contabilística".

Foi o escritório de José Miguel Júdice quem ajudou a criar o BPP, a pedido de Rendeiro. É também, desde o início, o escritório que tem a conta do BPP e da Privado Holding (PH). Júdice, de quem Rendeiro é sócio no Eleven, é ainda presidente da mesa da Assembleia Geral da PH e accionista, mas recusa o facto de esta situação consubstanciar conflito de interesses. Aliás, assegura que se essa situação se colocar terá de optar pelo grupo ou por Rendeiro.

Uma questão fulcral em todo o processo BPP é o facto de os produtos de retorno absoluto nunca terem sido contabilizados no balanço do banco, o que fez com que não houvesse provisões para garantir perdas (€524 milhões em 2008). Rendeiro tem defendido que não é obrigatório levar estes produtos ao balanço, mas o entendimento das autoridades foi outro, como ficou expresso no comunicado das Finanças, pela auditora Deloitte e pela CMVM. A PLMJ emitiu um parecer de 50 páginas em que defendia a tese de que não seria necessário constar no balanço este tipo de produtos. A sociedade de advogados garante que tal parecer foi pedido pela administração de Adão da Fonseca, em Dezembro. A PLMJ entende que os produtos de retorno absoluto só deviam fazer parte do balanço quando se atingisse a maturidade e caso o BPP não cumprisse o acordado.



Cenário escolhido pelo Governo para o BPP apanha todos de surpresa

**Governo decide sem
avisar grupo de trabalho
e deixa na mão do BPP
e da CMVM solução que
desagrada a clientes** P10



Surpresa na decisão sobre o BPP O Governo não avisou formalmente a administração do Banco Privado Português (BPP), a CMVM e o BdP quanto à decisão de apenas apadrinhar a constituição de uma entidade externa para gerir as participações dos clientes de retorno absoluto e de não injectar dinheiro no banco. **E10**



OPINIÃO

O governador recorre a desculpas esfarrapadas para as suas não decisões

As tribulações de Constâncio

J. L. Saldanha Sanches

A comissão parlamentar foi um pódio para Oliveira Costa e um lugar de expiação para Constâncio. Os delinquentes assumidos sentem-se bem no banco dos réus; as pessoas honestas vítimas das suas fraquezas nem por isso.

Constâncio recorre a desculpas esfarrapadas porque não pode explicar as suas não decisões: não pode dizer que Oliveira Costa/Dias Loureiro construíram um poderoso aparelho de poder que intimidava as fracas instituições da sociedade portuguesa. Não pode dizer que Oliveira Costa obteve o seu poder no PSD recolhendo fundos para o partido (no tempo da lei antiga) e que na sua passagem pela secretaria dos Assuntos Fiscais (devemos-lhe a reforma fiscal de 89) mostrou a sua capacidade, boa e má, para o exercício do poder.

Não pode dizer que Oliveira Costa, ao mesmo tempo que detinha todos os poderes efetivos, tinha recheado os órgãos sociais do banco com figuras de proa da política: procurando na net lá estavam as imponentes fotografias dos muitos e variados conselheiros com figuras como o antigo presidente do PSD Rui Machete em posições de grande destaque.

Ao mesmo tempo, tecendo pacientemente a sua teia, ia proporcionando ganhos modestos mas simpáticos e inteiramente legais a quem dispunha de influência: as mais-valias de Cavaco e família recentemente reveladas pelo Expresso são disso um exemplo eloquente.

Para completar a rede, alguns esfaimados do PS e no auge do seu poder até gente do Ministério Público e um ex-diretor da Polícia Judiciária.

Tudo isto, esta rede que funcionou anos e anos à vista de todos, explica os silêncios e as omissões.

Constâncio tem razão quando diz que em toda a parte houve falhas de regulação (os

casos do BCP e do BPP correspondem a esse tipo de falhas e não deveriam ser misturados com o BPN) que em Portugal se fala pouco de revisores oficiais de contas e auditores. O BPN não tinha as suas contas certificadas pela Bdo Binder sem que ninguém fale disso?

Mas não pode explicar nem a certificação com reservas da Deloitte (certificação com reservas de um banco que recebe depósitos) nem os abandonos anteriores das outras multinacionais de auditoria.

Constâncio não podia ignorar as denúncias atempadas de Camilo Lourenço na "Exame" e foi muito pouco digno da sua parte não o ter apoiado quando ele teve que suportar

Uma boa parte da conta do BPN deveria ser remetida para o país onde tinha sede o famigerado Banco Insular, o que quer dizer Cabo Verde. Com a sua ambição de se tornar um paraíso fiscal e recusando a cooperação, é hoje um país-irmão cuja amizade era dispensável

as retaliações da quadrilha.

A falta de coragem não é um crime, mas pode ser uma fonte de catástrofes quando se exercem certos cargos.

Para culminar tudo isto, uma administração do Banco de Portugal onde já não reina o espírito de serviço público dos tempos de Silva Lopes e de onde ao fim de quatro anos os administradores partem devidamente ungidos com uma renda vitalícia tão choruda quanto o ordenado e a que chamam pudicamente reforma.

PS: Uma boa parte da conta do BPN deveria ser remetida para o país onde tinha sede o famigerado Banco Insular o que quer dizer Cabo Verde. Com a sua ambição de se tornar um paraíso fiscal e recusando a cooperação, Cabo Verde é hoje um país-irmão cuja amizade era perfeitamente dispensável.



JUSTIÇA

Relação tira 30 empresas do 'Furacão'

Recurso dá razão ao MP: **acusação vai centrar-se no crime** e exclui as empresas que repuseram verdade fiscal

Trinta empresas que pagaram as dívidas ao fisco e não cometeram nenhum crime punível com uma pena superior a cinco anos de prisão vão sair do âmbito da 'Operação Furacão'. Esta era a intenção inicial do Ministério Público (MP), que o fez saber no início do ano, mas o juiz de Instrução, Carlos Alexandre, recusou essa pretensão. O conflito foi resolvido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, que veio agora dar razão ao MP.

Ao aceitar o pedido do MP, a decisão do Tribunal vai permitir recuperar o tempo perdido na 'Operação Furacão'. Isto porque ao excluir como arguidos as empresas que tenham reposto a verdade fiscal, permite agora concentrar esforços apenas nos

aspectos criminais. Deixando de fora, tal como pretende o MP, cerca de 30 empresas que pagaram entretanto cerca de €60 milhões aos cofres do Estado.

Esta situação é corroborada pelo próprio procurador-geral da República, Pinto Monteiro, que em entrevista nesta edição, diz que lhe foi transmitido pelo DCIAP que "há uma série de empresas metidas no 'Furacão' que queriam sair por questões fiscais. A partir daí começariam acusações contra as outras".

"Propuseram a suspensão provisória do processo e o juiz de instrução não concordou. Dei ordens para recorrer e o Tribunal da Relação deu razão ao MP", disse Pinto Monteiro.

"Agora que já temos essa deci-

são vamos poder pôr fora as que são indícios fiscais e começar as acusações para as que têm indícios de crime", acrescentou. O PGR reconhece ainda que a posição da instrução veio retardar em muitos meses a conclusão da 'Operação Furacão'.

A intenção do Ministério Público em "perdoar" mediante o pagamento da dívida fiscal diz apenas respeito a empresas. De fora, estão os grandes escritórios de advogados e os bancos que propunham aos clientes "soluções" para pagar menos impostos. No final de Maio, o tribunal deu razão a um recurso apresentado pelo MP, que pedia a suspensão, por dois anos, do processo contra a Loja do Gato Preto. Esta decisão significa também

NÚMERO

60

milhões de euros foi o montante recuperado pelos cofres do Estado

um novo choque entre Rosário Teixeira, o procurador que coordena a investigação desde 2005, e o juiz de instrução do Tribunal Central de Investigação Criminal Carlos Alexandre, o magistrado que ordenou a prisão do patrão do BPN, Oliveira Costa.

No início do ano, Carlos Alexandre recusou a pretensão de Rosário Teixeira em relação à Loja do Gato Preto e aos seus dois sócios. O Ministério Público alegava que a empresa pagou €2,5 milhões ao Estado de impostos relativos a 2001-2005, com juros compensatórios. Pagamento que inclui exercícios que à luz da legislação já se encontravam caducados (2001-2003).

Considerava ainda que o "cenário e o guião" para cometimento do crime foi fornecido por terceiros. Uma referência ao esquema montado pela PIC Investments, em que a sobrefacturação de mercadorias (de 50 a 100% acima do valor real) e o recurso a sociedades *offshore* permitiram gerar um depósito de €9 mi-

lhões na Suíça. O MP defendeu ainda que os arguidos não só não tinham utilizado o dinheiro em proveito pessoal, mas que também o tinham mantido num depósito bancário, para servir de fundo de reserva da empresa. Mas Carlos Alexandre não admitiu que a reposição da verdade fiscal permitisse a suspensão do processo, invocando mesmo um certo "sentimento social de impunidade" que este tipo de crimes suscita.

A Relação, apesar de reconhecer o empenho do juiz na elaboração do despacho, considerou que ele peca "por alguma falta de objectividade" em relação ao grau de culpa dos arguidos.

HELDER C. MARTINS
hmartins@expresso.impresa.pt



Gente a passar ao lado do 10 de Junho

Testamento vital Em ano eleitoral, Gente decidiu explicar aos leitores alguns conceitos emergentes na agenda política. Esta semana, o 'testamento vital': é quando um partido parte de uma base eleitoral de 45% e cai para 26%.

Duo dinâmico Sexta-feira, à hora a que o CDS dava o tudo por tudo no último comício antes das europeias, Celeste Cardona e Luís Queiró preferiram dirigir-se ao Casino Estoril, para assistir ao concerto de Rodrigo Leão. Mas domingo, na hora de festejar o resultado, Cardona e Queiró não faltaram no Caldas.

Um clássico Na noite eleitoral, antes dos discursos, Pedro Mota Soares teve que fazer um teste de som na sede do CDS. Em vez do típico "1,2,3, experiência", o porta-voz centrista subiu ao palanque e afirmou: "Eu fico!". Um clássico, à sua maneira...

New star Se o teste do areal não engana, há uma nova estrela no nosso firmamento político. Quinta-feira, passeava-se Paulo Rangel pela Praia da Luz quando Gente o apanhou incrédulo ao telefone: "Está tudo a olhar para mim". Desde que arrasou o 'animal feroz', Rangel não tem sossego: os ingleses dão-lhe "congratulations", as brasileiras "parabéns" e até os camionistas lhe apitam de braço no ar. Ferreira Leite não corre estes riscos e passou o Dia do Corpo de Deus na sede do PSD. Decididamente, há dois estilos à solta no partido.

Corpo dormente



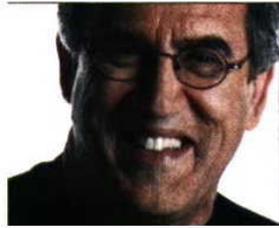
O DIA DA BRASA O 10 de Junho de 2009 foi mais do que o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades. Este ano foi também o dia da Brasa (nada a ver com o dia da Raça, tão apreciado pelo Presidente da República). Em Santarém, as cerimónias oficiais convidaram a passar pelas brasas (como aconteceu com vários membros do corpo diplomático presentes na cerimónia oficial, incapazes de resistir ao 'embalo' do discurso de Cavaco). Em Aguiar da Beira, o município escolheu a data para homenagear o filho da terra Manuel Dias Loureiro. E não há como três medalhas e três diplomas por "bons serviços", com direito a simpáticas reportagens, para o antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios lá seguir pisando as brasas da sua vida recente... sem se queimar. FOTOS TIAGO MIRANDA e RUI DUARTE SILVA

A gralha que diz tudo

Tanto discurso feito e tanta página escrita sobre o BPN e a actuação de Vítor Constâncio, e tudo, afinal, podia resumir-se numa curta frase. Esse prodígio de síntese e economia descritiva foi conseguido pelo site da Assembleia da República. Esta semana, na agenda da comissão de inquérito ao BPN, podia ler-se que haveria uma audição ao "Dr. Vítor Constâncio, Governador do Bando de Portugal". Onde se prova que uma gralha pode valer mais que mil palavras.

PÓDIO

- +** PSD. Começou a campanha para as europeias a ser aconselhado a comer muita papa Maizena. Acabou a celebrar a vitória com uma ginginha. A vingança serve-se em copos de shot.
- PS. Desmontou a tenda no Altis ainda não eram 22h de domingo. Ao invés do habitual 'bar aberto' toda a noite, só houve tempo para duas travessas de salgadinhos.



Cem por Cento Nicolau Santos

nsantos@expresso.impresa.pt

AS RAZÕES DE CONSTÂNCIO NO 'CASO BPN'

O Governador do Banco de Portugal já respondeu à comissão parlamentar de inquérito sobre o 'caso BPN' durante doze horas: cinco da primeira vez e sete da segunda. E na segunda-feira lá estará para nova maratona. Contudo, os representantes do CDS, BE e PCP parecem não só não estar esclarecidos, como ter já concluído que a supervisão falhou e Constâncio deve demitir-se.

A última sessão, contudo, permitiu demonstrar que a supervisão prudencial esteve particularmente activa em relação ao BPN, com investigações ao banco em 2001, 2003, 2005, 2007 e 2008. Nesse longo período, a SLN foi obrigada pela supervisão a aumentar os seus capitais em 560 milhões e o BPN em 250 milhões, banco que foi ainda sujeito a ter o rácio de capital mais elevado de todo o sistema. Não chegou? Do ponto de vista prudencial, que é o objecto de acção do Banco de Portugal, bastou. Mas não descobriu a fraude do balcão virtual no Banco Insular. É verdade. Mas as autoridades de supervisão americanas e francesas também não descobriram as fraudes Madoff e Société Generale. E a esmagadora maioria das fraudes, se praticadas ao mais alto nível, são quase sempre descobertas através de denúncia. Só que isso extravasa a supervisão prudencial. E ninguém pediu a demissão do supervisor.

A Irlanda nacionalizou três bancos, onde colocou €9 mil milhões e pôs em prática um plano de 50 mil milhões para comprar activos do sector financeiro; a Áustria nacionalizou três bancos, um dos quais com grande aplicações na casa liderada por Bernard Madoff. E em nenhum deles o governador do banco central foi sujeito a tão violento interrogatório como Constâncio.

Depois de tudo o que se passou até agora na comissão de inquérito, é inquestionável que: 1) a supervisão prudencial actuou no 'caso BPN'; 2) Constâncio não tem nenhuma razão para se demitir. Espera-se pois que desta comissão resulte um reforço dos poderes e meios de actuação da supervisão. Isso, sim, seria uma forma de não desperdiçar o dinheiro dos contribuintes.



Nuno Melo fez 'trabalho de casa' para interrogar Vítor Constâncio



O DEPUTADO DO CDS NEM NA NOITE ELEITORAL ESQUECEU CASO BPN O governador do Banco de Portugal vai voltar, segunda-feira, à comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN. Esteve lá dia 8, durante seis horas, a explicar que a supervisão não podia ter detectado fraudes que lhe foram escondidas, mas só teve tempo para responder às questões do PSD e do PCP, que se arrastaram por cinco horas. Nuno Melo, que, em plena noite eleitoral, se refugiou na sua sala de trabalho, na sede do CDS (na foto) para preparar as perguntas que gostaria de fazer no dia seguinte, teve de deixar a sua 'artilharia' para a próxima sessão. Diz-se que o trabalho de recolha rendeu e que há "muitos trunfos para jogar". O BE não vai querer ficar atrás. A ronda termina com o PS — o único partido que não pediu a demissão de Constâncio. Na quinta-feira, dia 18, será a vez de o ministro das Finanças explicar aos deputados a nacionalização do BPN. FOTO TIAGO MIRANDA

ENTREVISTA

Pedro Queiroz Pereira presidente da Semapa

“Precisava de dez vezes mais

Texto PEDRO LIMA e VÍTOR ANDRADE
Foto ALBERTO FRIAS

Além do investimento de €550 milhões na nova fábrica de papel, a Semapa tem vindo a comprar acções da Portucel, mas também da EDP e da PT. E não descarta a entrada em novos negócios. Pedro Queiroz Pereira refere que para fazer todos os investimentos que tem na cabeça precisava de “dez vezes mais dinheiro do que tem”.

A Semapa está a fazer um grande investimento através da Portucel mas continua activa a comprar participações em empresas e a olhar para novos negócios, como o do novo aeroporto. Pode dizer-se que o grupo está a passar pela crise com alguma tranquilidade?

A Semapa está ligada fundamentalmente à celulose e papel e ao cimento e temos agora uma área mais pequena, a do ambiente. Nenhum negócio passou incólume nesta crise. O facto de nos termos ajustado talvez justifique que estejamos a passar pela crise melhor do que os outros. Mas nós sabemos que hoje sofrem uns e amanhã sofrem outros. Estamos a fazer o nosso melhor, as coisas estão a correr-nos razoavelmente bem, estamos em sectores que não foram dos mais penalizados, mas podíamos estar noutros. Não sabemos o dia de amanhã, pelo que somos muito cuidadosos, mas é uma realidade que, tendo diminuído os resultados, continuamos a ter capacidade de investimento.

Tém reforçado na Portucel. Isso não contraria a ideia que tinham de dispersar mais capital da empresa?

No médio-longo prazo o capital da Portucel terá tendência a ser mais disperso do que mais concentrado. Mas, em função da conjuntura e dos preços, podemos ir reforçando um pouco e amanhã, se acharmos que o devemos fazer, vender.

No caso da EDP, a dado momento disse que era uma participação financeira mas que poderia um dia vir a ter um interesse estratégico. Acabou entretanto por vender mas agora voltou à EDP. Isso significa que continua a ver aqui algum interesse estratégico?

Se eu amanhã me convencesse que era mais rentável investir na EDP do que ir fazer uma base florestal para o Brasil, investia na EDP. Mas é uma empresa de futuro adiado.

Disse que saiu da EDP porque o Governo queria conduzir os destinos da empresa e não dava espaço aos privados. É por isso que a EDP tem o futuro adiado?

Considero que sim. O Governo neste momento não pretende dar esse espaço e está no seu direito, pois há várias eléctricas noutros países que são controladas pelos governos. Mas nós sabemos que não vai ser sempre assim. Logo veremos em tempo oportuno. Não há nenhuma estratégia delineada nesse sentido mas o melhor é não dizer “desta água não beberei”. Este regresso é meramente financeiro.

Porque desistiu do projecto do aeroporto?

Desde sempre pensei que a privatização da ANA poderia interessar à Semapa, mas o que constato é que o que está em causa não é a privatização da ANA, mas antes a construção do novo aeroporto. O Governo chega a colocar dúvidas sobre se quer ou não privatizar a ANA. E quando faz as regras para ver quem vai construir o novo aeroporto, claramente cai numa área que não é a minha, a construção civil. Se estou a ver que é um construtor civil que vai ganhar, o que é que lá vou fazer?

A Semapa poderá ter interesse na privatização das Águas de Portugal?

A minha família explorou as Águas de Lisboa durante 99 anos, que terminaram em 1975. Se as Águas forem privatizadas, certamente que olharemos para o dossiê.

A TAP não lhes interessa?

Nunca pensei nisso mas não penso que seja um grande negócio.

Entraram na área do ambiente com

“

“A EDP é uma empresa de futuro adiado”

“Mesmo tendo diminuído os resultados, continuamos a ter capacidade de investimento”

“Desde sempre pensei que a privatização da ANA poderia interessar à Semapa, mas o que constato é que o que está em causa não é a privatização da ANA, mas antes a construção do novo aeroporto”

o grupo EPSA, é para desenvolver?

O ambiente é uma área de futuro, onde pretendemos crescer. Este primeiro passo foi importante, mas seguir-se-ão, na medida do possível, desenvolvimentos. A Semapa, estando na indústria, tem que ter muita atenção a tudo o que se passa na área do ambiente, no sentido de conhecer as melhores práticas.

Tendo em conta o crescimento que se perspectiva para as energias renováveis, arrepende-se de ter vendido a Enersis?

Foi o melhor negócio da minha vida! Na altura em que vendi, os preços estavam completamente na estratosfera. Não demorou um ou dois anos para que os preços viessem por aí abaixo. É uma área muito importante, mas eu tinha de pagar a Portucel na altura. Não sou de vender muita coisa mas aquele preço, naquela altura, era de aproveitar. Sou um entusiasta das energias renováveis, hoje produzimos praticamente um terawatt (mil gigawatts), gostava de produzir mais e de entrar mais nessa área, mas não posso fazer tudo. Eu para fazer todos os investimentos que tenho na cabeça precisava de dez vezes mais dinheiro do que tenho.

Qual é a estratégia do grupo para a área da energia?

O processo de industrialização da madeira, de criação da celulose e de transformação em papel gera bastante energia que nós captamos e transferimos para a EDP. Com a nova central de ciclo combinado que estamos a montar por causa da nova fábrica esperamos poder vir a representar cerca de 5% da energia produzida em Portugal. Só que a nossa é energia verde. Os investimentos nesta área ascendem a cerca de €176 milhões.

A conversão de algumas das vossas fábricas em biorrefinarias é o passo seguinte?

São tecnologias que ainda não estão definidas, mas nós imaginamos que no futuro possa ser assim. Ou seja, a partir do processo produtivo da celulose vai poder extrair-se também combustível, daí que se possa chamar à fábrica uma biorrefinaria. Vamos ter o aproveitamento de um subproduto que é transformado em biocombustível. Isto já é uma realidade, mas a tecnologia é que ainda não está comercializada. Estimamos em 4 ou 5 anos possa estar.

Em quanto ficará a dívida da Semapa?

Consolidamos a dívida da Portucel que no final deste ano será à volta de €850 milhões, a que somamos a dívida da própria Semapa, de cerca de €550 milhões. Fará com que a dívida vá para os €1,4 mil milhões.

plima@expresso.imprensa.pt



“A crise nunca pôs em causa a concretização do projecto

A construção da nova fábrica de papel da Portucel vai estar concluída 15 dias antes do previsto, em meados de Agosto.

O investimento na construção da nova fábrica da Portucel não sofreu qualquer alteração decorrente da situação de crise que estamos a viver?

Não. Nós sofremos com a crise, por exemplo, com a queda do preço da pasta, de 800 dólares por tonelada para menos de metade, assim como com a queda do preço do papel. Mas nunca esteve em causa a concretização deste projecto. A Portucel quando parte para este tipo de projectos está suficientemente capitalizada para levar as coisas até ao fim. São investimentos de médio e longo pra-

zo, para os próximos 30 a 40 anos.

Qual é o montante do investimento em curso?

Além dos €550 milhões que custa a fábrica nova, estamos também a investir €350 milhões em caldeiras e em modernização de equipamento para conseguirmos produzir mais e para sermos mais eficientes do ponto de vista ambiental.

Os 120 mil hectares de floresta que o grupo tem ou gere em Portugal são suficientes para abastecer que percentagem das vossas necessidades?

A nossa taxa de auto-abastecimento varia entre os 17% e os 20%. Ou seja, continuamos a ter de comprar muito eucalipto no mercado.

O mercado nacional abastece quanto das vossas necessidades?

Com a capacidade de produção de pasta de papel que os nossos concorrentes também estão a aumentar, precisamos que a floresta portuguesa seja capaz de alimentar toda a procura. Temos mostrado ao Governo determinados aspectos que são muito importantes, nomeadamente que precisamos de transferir algumas plantações de eucalipto para zonas onde crescem melhor. Não precisamos de um aumento de área, mas de melhorar a produtividade. E agora já se pode plantar na Reserva Agrícola Nacional (RAN), onde dantes havia mato, que é o melhor condutor de incêndios. Portanto, no futuro, já teremos plantações na RAN, com conse-

quente aumento de produtividade, o que poderá ser suficiente. Mas o ideal era que fosse muito mais que suficiente. Porque eu também já disse que se houvesse capacidade de produção em Portugal que justificasse uma nova fábrica, eu preferia fazê-la cá e não no Brasil. Hoje temos uma produção média de 9 metros cúbicos por hectare. No Brasil chega aos 45. Se aqui pudéssemos ter áreas em que dos 9 se passássemos para 20, já era mais do dobro.

Teve alguma resposta do Governo?

Eu sei que não é fácil. Nesta fase é utópico falar-se disso mas é preciso dar o pontapé de saída. Se fossem tomadas as medidas necessárias para haver mais madeira, e algumas têm vindo a ser to-

madas, não seria utópico dizer que daqui a cinco ou dez anos poderíamos ter uma nova base florestal em Portugal.

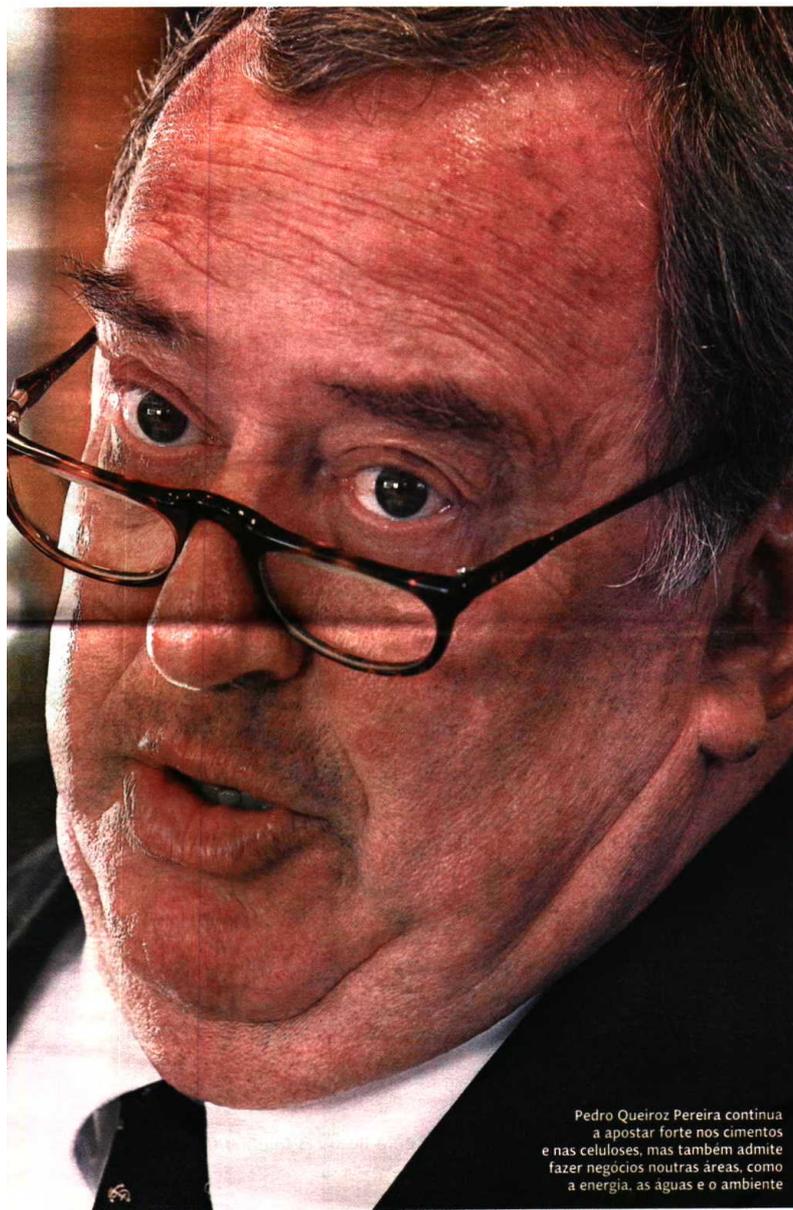
Houve quebras nas vossas encomendas?

Não. O que sentimos é que o consumo de papel decresceu ligeiramente. Talvez perto de 5%. Mas há um motivo de orgulho para nós: temos uma série de marcas de papel que são altamente cotadas na Europa pela sua qualidade. Eu diria que os outros sentem mais do que nós porque o nosso papel acaba sempre por ser consumido.

A Portucel é hoje um campeão europeu no sector dos papéis finos não revestidos?



“dinheiro”



Pedro Queiroz Pereira continua a apostar forte nos cimentos e nas celuloses, mas também admite fazer negócios noutras áreas, como a energia, as águas e o ambiente

“O que mais me interessa na Cimpor são algumas pessoas”

Queiroz Pereira diz que há nesta altura muita coisa à venda na área dos cimentos mas não descarta ficar com alguns activos da Cimpor no âmbito de uma ‘solução nacional’, que teria sempre de passar pelo desmembramento da empresa.

■ Nos cimentos, a estratégia de diversificar para outros mercados tem minimizado os impactos da crise?

■ Estamos a ter um ano muito fraco em Portugal mas estamos a ter um ano muito bom na Tunísia e no Líbano. Esperamos também bons resultados de Angola. Espero que este ano os resultados sejam suportados mais pela actividade fora do país do que pela actividade em Portugal.

■ Como está a questão do novo forno para produção de cimento em Angola?

■ Estou muito contente com o investimento em Angola. Temos o Governo angolano como parceiro, com quem nos damos muito bem, mas, com a baixa do petróleo, eles têm tido alguma dificuldade em acompanhar os investimentos que têm de ser feitos e por isso temos de tranquilamente esperar que consigam reunir os recursos necessários. É nesse pé que estamos.

■ Na sequência da derrocada do grupo SLN, tem-se falado da venda da CNE — Cimentos Nacionais e Estrangeiros. Tem interesse nesta empresa?

■ Nós hoje temos uma capacidade de produção que, em conjunto com a da Cimpor, supera largamente as necessidades do país. Isso não quer dizer que as instalações da CNE não terão interesse para nós, mas tudo depende de o valor ser equilibrado. Poderá também haver problemas de concorrência. Mas as coisas ainda estão um pouco confusas na SLN, as cartas ainda não estão todas jogadas.

■ Não conseguiu comprar a Cimpor em 2001 e entretanto tentou provar, sem sucesso, que houve concertação entre os principais accionistas — Teixeira Duarte (TD), BCP e Lafarge — para controlarem a empresa. Como vê as recentes guerras entre estes accionistas?

■ Quando lancei a oferta pública de aquisição (OPA), em 2000 e 2001, houve concertação fundamentalmente entre o BCP e a TD para, não lançando uma OPA sobre a Cimpor, controlarem a empresa. O que eu digo é uma coisa do domínio público. Quem é que não sabe isto? É normal que ao fim de muitos anos de pública e escandalosa concertação, o tribunal venha dizer que não ficou provada a concertação?

■ Vão recorrer?

■ Vamos. Acredito que ainda temos hipótese, é a única coisa que podemos fazer. Se não foi possível provar a concertação entre o BCP e a TD e não foi possível obrigá-los a fazer uma OPA, então jamais será possível alguma vez alguém provar a existência de concertação. Chegou-se ao ponto de, nas assembleias gerais da Cimpor, Pedro Maria Teixeira Duarte ter representado os fundos do BCP. O tribunal não diz taxativamente que não houve nada, o que diz é que os elementos que viu não foram suficientes para provar a existência de concertação. Mas a lei é muito clara, não exige que haja documentos para que se comprove a concertação, basta que repetidamente as pessoas votem no mesmo sentido, que foi o que aconteceu. Fico triste com este resultado porque não abona muito a favor da Justiça. O juiz pareceu-me um homem sério, com vontade de chegar a conclusões e na realidade chegou a conclusões, mas não tirou as devidas ilações. Isto foi a maior aberração do mundo. Virem dizer que não se conheciam, que não tinham nada a ver e que nunca fala-

vam do assunto é fazer de todos nós parvos. Qual vai ser a OPA que amanhã vai ser exigida? O que é que era preciso mais para se provar que houve concertação? Um papel escrito a dizer que houve concertação? Eu lutei pela verdade, perdi nos tribunais mas vivo e durmo tranquilo. Os meus opositores vivem da mentira e fazem negócios fora da lei. Isto tem de ser dito preto no branco.

■ Acha que a Cimpor vai acabar por ser desintegrada a favor da Lafarge?

■ A Cimpor só ainda não está nas mãos da Lafarge porque entretanto houve estes desentendimentos entre accionistas. Não me parece que os grupos portugueses que hoje controlam a Cimpor tenham condições de permanecer como estão. Pedro Teixeira Duarte teve a coragem de dizer que queria afastar a Lafarge da comissão executiva da Cimpor. Então e há quatro anos atrás não quis porquê? É porque então estavam concertados e agora não estão.

■ Continua a ter interesse na Cimpor?

■ Os principais activos que me interessam na Cimpor são algumas pessoas que estão lá, a começar por Luís Sequeira Martins. A empresa tem activos industriais que são válidos, mas hoje há muita coisa à venda por todo o lado.

■ Uma OPA sobre a Cimpor, lançada pela Secil, não é para repetir?

■ O processo da Cimpor foi doloroso, nós fizemos uma operação transparente, fomos muito criticados porque o nosso projecto previa que parte da Cimpor fosse para mãos estrangeiras. Mas a Secil não tem capacidade, ou mesmo que tivesse não haveria interesse, de comprar a totalidade da Cimpor e por isso numa fase em que a Cimpor possa ser desmembrada certamente analisaremos com cuidado activos que nos possam interessar. Poderia ser interessante numa óptica de fazer parte de uma solução para a Cimpor, pois acho que nenhum dos grupos portugueses que estão na Cimpor têm capacidade de ter uma posição de controlo e por isso a empresa um dia irá parar a mãos de grupos estrangeiros. Se é para a Cimpor ficar em mãos portuguesas, a única forma que eu vejo de isso acontecer é dividir-se a empresa pelos diversos grupos que lá estão. Se fosse preciso a Secil participar nisso, certamente que analisaríamos essa hipótese.

da nova fábrica da Portucel”

■ É. E digo isso com o maior orgulho. Só não quero dizer mais porque com tanta desgraça que vejo à minha volta até parece mal dizer isto. Tenho a noção de que grande parte dos nossos resultados são directamente atribuíveis à equipa de gestão. Este ano estamos a ganhar quota de mercado na Europa.

■ Tinham também a intenção de apostar em novos mercados. Em que fase está esse processo?

■ Estamos a dar um passo muito grande, mas estamos também a estudar activamente oportunidades no Brasil, no Uruguai e em Moçambique e cada uma destas hipóteses tem as suas características. No Uruguai há uma vontade muito grande do governo local de ter lá este

investimento, apesar de alguns problemas logísticos. No Brasil, o maior produtor do mundo de celulose, as coisas já estão muito agilizadas. E o investimento aqui é uma hipótese muito credível. Já Moçambique tem uma característica muito especial. Como não vendem a terra, o investimento é bastante menor. Estamos a estudar estes três países e, no limite, podemos entrar em todos.

■ Já há alguma calendarização para estes projectos?

■ Não, porque não depende só de nós. Também depende dos governos de cada país. A ideia é ter uma plantação florestal e acoplada a ela uma fábrica de celulose para produzir 1,3 milhões de toneladas. Mas isso custa perto de 2 mil mi-

lhões de dólares. Não podemos esquecer que a Portucel pertence maioritariamente à Semapa, que tem outras empresas que também querem desenvolver-se.

■ Admite investir na floresta em Angola?

■ Nós fomos ver a base florestal do Alto Catumbela, e há lá uma extensão grande de eucaliptos que poderia perfeitamente ser recuperada. Já vários grupos nos procuraram no sentido de explorar aquelas matas e, embora ainda não tenhamos percebido quem de facto tem a capacidade de o fazer, montámos um projecto sobre como faríamos se tivéssemos aquelas terras e entregámo-lo ao Governo há dois anos. Desde então a situação não evoluiu.



“Cimpor em mãos nacionais só se for dividida”

Pedro Queiroz Pereira considera que a Cimpor irá parar às mãos de estrangeiros a não ser que seja **desmembrada e dividida**

por grupos portugueses

Com a nova fábrica da Portucel de Setúbal praticamente construída, o presidente da Semapa não esconde o interesse em outras áreas de negócio e diz que o grupo está a conseguir atravessar a crise com alguma tranquilidade, embora recuse ‘cantar vitória’. Quanto à área dos cimentos, Queiroz Pereira diz que o que lhe interessa neste momento na Cimpor são “algumas pessoas”. Mas admite que, caso se pretenda manter a empresa em mãos nacionais, a Secil poderia ficar com uma parte da Cimpor. ■

**Cimpor em mãos portuguesas só se for desmembrada**

O presidente da Semapa, Pedro Queiroz Pereira, considera que a única hipótese de manter a Cimpor em mãos portuguesas é se esta empresa for desmembrada. Se tal acontecer, estará disponível para estudar alguns dos activos da Cimpor. **E2**



EXCERTO DA AUTOBIOGRAFIA DE JOSÉ SÓCRATES



Ricardo Costa

rcosta@expresso.impresa.pt

Se, daqui por uns anos, José Sócrates ensaiar a sua autobiografia, a página sobre as Europeias de 2009 não andarão muito longe disto

A primeira vez que percebi que isto podia correr mal foi quando comecei a suar em bica no início de Coimbra. Tinha saído do Falcon do Zapatero e estava enfiado numa sala miserável, meia vazia, com a temperatura de Tombuktu e o Vital a discursar.

À hora dos telejornais enfrentei as câmaras. O calor era insuportável. Havia ali equipamento de som e de luz capaz de assegurar uma *tournee* da Beyoncé. Ensaiei a piada sobre a falta de jeito da Ferreira Leite, mas vi logo, pelas palmas forçadas, que ninguém achou graça. Já não sei quem é que me disse que era bom atacá-la, por isso deve ter sido o Santos Silva.

Segui com o ataque àquela ideia absurda de que o país estava falido, despachei o discurso e saí dali com o José Luís, que ainda deve estar a pensar o que veio fazer a Portugal...

No dia seguinte, percebi que

aquela coisa do Paulo Rangel andar a dizer que desperdiçámos fundos europeus passava o dia a ser repetida nas televisões. Já o Paulo Portas andava com essa, a atacar o Jaime Silva há mais de um ano. E os jornalistas achavam que deitávamos dinheiro à rua.

A verdade. diziam-me os meus assessores, é que não podia pôr o Jaime Silva a defender-se porque já não acreditavam nele. E parece que o Nunes Correia não se podia explicar porque ninguém sabia que ele era ministro que geria os fundos...

Na campanha ainda me ri com aquela piada do Pinho sobre a papa Maizena. Mas saiu tudo em defesa do Rangel, o que foi injusto. Se calhar devia mesmo ter remodelado o Pinho no início do ano, mas as pessoas não se lembram que ele me ajudava desde os tempos da oposição.

Na campanha queriam o quê? Que mudasse o rumo e largasse

o Aeroporto e o TGV? Nem pensar. Só se tivesse remodelado o Mário Lino. Perdoei-lhe a Ota porque um homem não deixa cair os amigos. Sobretudo os de longa data. O que ele me ajudou nos tempos do Ambiente...

Culparam o Vital, coitado. Atacar o Durão Barroso deve ter sido coisa da Ana Gomes, e a do BPN, qual foi o mal de trazer o caso BPN para a campanha?

Correu mal, o que foi duro para o PS e muito duro para mim. Não merecia. Comecei a campanha a suar em bica e acabei a ouvir o ministro da Cultura a dizer que o resultado era normal! O tipo andou calado um ano e abriu a boca para isto!

Tinham-me dito que ia ganhar com uma campanha à Obama. Mas ganhou o candidato que só fez reuniões *tupperware*. Aprendi uma lição para a vida: não serve de nada ter assessores que estudaram o Obama se nenhum souber ligar o ar condicionado.



PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Quatro horas a falar com Pinto Monteiro

Antes de ligarmos o gravador para mais de duas horas de entrevista, no seu gabinete no antigo palácio dos Duques de Palmela, junto ao Rato, em Lisboa, onde fica a Procuradoria-Geral da República, Pinto Monteiro levanta-se da cadeira e vai à sua mesa de trabalho buscar um caderno A4 em branco, "para tirar umas notas". As páginas ficaram em branco e o PGR não puxou da caneta uma única vez. Pelo contrário, as palavras jorram-lhe em torrente. Com o ar condicionado desligado (apesar de gostar de o ter a funcionar), e o sol a bater nas enormes janelas que dão para a Rua da Escola Politécnica, a temperatura na sala sobe e a entrevista acaba com o procurador (e os jornalistas) a suar. Com os gravadores desligados, a conversa ainda se prolonga por outras duas horas, com Pinto Monteiro a mostrar os, muitos, livros que tem em cima da secretária (oferecidos, alguns para prefaciá-los) e o telefone branco que tem a um canto e que, garante, nunca usou e nunca ouviu tocar; "liga directamente para os ministros". Uma frase solta que serve para repisar a tecla da independência total que garante ter no cargo. Possuidor de um cerrado sotaque beirão que não perdeu apesar de décadas a trabalhar como juiz na capital. Fernando Pinto Monteiro, o dr. Fernandinho como é tratado na aldeia natal de Porto de Ovelhas, preocupa-se com a transcrição das suas palavras. A entrevista começa por tratar do estado da justiça em Portugal, que Pinto Monteiro garante não estar assim tão mal, embora reconheça que os portugueses perderam confiança no seu funcionamento. Mas boa parte da conversa passou por casos judiciais centrais, como o processo Furacão e o Freeport. Para a semana, o Expresso publica um trabalho sobre o estado da justiça, para o qual foram ouvidos dezena e meia de protagonistas, de advogados a procuradores e juizes, e que conta também com o contributo dos leitores, que nas últimas semanas têm feito chegar queixas e propostas.

Textos **JOÃO GARCIA, MARTIM SILVA e RUI GUSTAVO**
Fotos **TIAGO MIRANDA**



Veja o vídeo e leia mais a partir de sábado à tarde
www.expresso.pt/entrevistapgr



Freeport PGR diz que Sócrates nunca pediu para ser ouvido no processo

“DVD está no cofre da PJ e já foi investigado”

■ O seu mandato vai ficar marcado pelo desfecho do Freeport, tal como o do seu antecessor ficou pela Casa Pia?
 ■ Não, o meu mandato ficará marcado pela melhoria ou não do Ministério Público. Do Freeport, digo-lhe que está a ser feita uma investigação exaustiva, como poucas vezes se terá feito em Portugal, sem deixar escapar o mínimo pormenor, e tenho a certeza de que aquilo que os investigadores concluírem corresponderá à verdade material. Estão a fazer tudo quanto é possível. A ouvir todas as pessoas, a ver todas as contas bancárias, todos os documentos, não se têm poupado a nada. O que nunca haverá é uma decisão por medida. É evidente que, seja qual for a decisão, nem toda a gente estará de acordo. Em Portugal existe um hábito péssimo que é trazer para a arena política decisões judiciais.

■ Quando fala do estado da justiça, reconhece falhas, mas neste caso diz que está tudo a andar bem...

■ Na minha opinião, o 'caso Freeport' não é muito complexo. Uma coisa é investigar contas de cinco bancos e 200 sociedades, como no 'Furacão', outra é investigar o Freeport, que consiste em saber se o A (ingleses) deu alguma coisa ao B (intermediários) que, para fins ilícitos, deu ao C. Não é um processo assim de tanta complexidade. Enfim, talvez já pudesse estar concluído, mas não está.

■ Pode garantir que o processo Freeport estará concluído até às eleições?

■ Não, porque quem está a fazer a investigação são os investigadores.

■ Mas o senhor fala com eles...

■ Falei com eles quatro, cinco vezes na vida, no máximo. Vou dizer-lhe por que não posso garantir: uma das coisas fundamentais é a análise dos chamados fluxos financeiros, que envolvem cruzamento de informações, e isso implica relação entre bancos portugueses e estrangeiros. Os investigadores já foram a Inglaterra duas ou três vezes, já trouxeram os documentos que entenderam, estão a ser analisados. Por minha vontade já tinha acabado, mas a investigação ainda não está concluída.

■ Um caso como este pode estar de olhos fechados ao facto de existir um DVD que toda a gente já viu?

■ O DVD existe, mas se o Ministério Público o apresentar em julgamento o juiz não o vê nem o ouve.

■ Devia ser admitido como prova?

■ O DVD não pode ser admitido como prova porque temos uma lei que não o permite. Foi filmado às escondidas, não foi autorizado. Agora, existe, não se pode ignorar. O que vale é o que a pessoa diz perante as autoridades, não o que está no DVD. Não sei o que vai acontecer, nunca o vi, mas é óbvio que os investigadores já o conhecem.

■ Mas faz parte do processo?

■ O original está no cofre da PJ de Setúbal, claro que faz parte do processo.

Não me pergunte se as cópias que andam aí a circular são fiéis, que não sei. Quando eu soube que a TVI o mostrou, perguntei à directora do DCIAP: "Então o DVD anda aí?". Ela respondeu: "Não, o original está no cofre", e eu disse: "Olhe, bem guardado está". Podem ter sido cópias que deram os ingleses, até nem se sabe se são cópias fiéis, mas não quero desvendar esses pormenores. Agora, o problema todo é que ninguém pode ser condenado com base num DVD ilegal.

■ Não é ser condenado, é usar ou não o DVD para investigar...

■ É evidente que foi tido em conta e usado para investigar.

■ Não era elementar que Sócrates tivesse sido ouvido, até para sua defesa?

■ José Sócrates será ouvido quando e se os investigadores o entenderem.

■ Ele já pediu para ser ouvido?

■ Não, a mim nunca chegou nenhum pedido. Não vai ser ouvido por isso... levantava-se logo uma suspeição...

■ A suspeição é ao contrário...

■ Mas a suspeição que existe é de jornal, nós estamos a falar de elementos válidos que estão no processo.

■ Há um elemento no processo que diz "eu paguei ao primo, ao ministro". Não é dos jornais, houve buscas ao tio do primeiro-ministro...

■ Se houver uma suspeição, há que recolher uma série de elementos antes de ser ouvido. É claro que se estiver em causa o seu bom-nome e a pessoa quiser... foi o que aconteceu com Dias Loureiro. Agora, só é ouvida a pessoa quando houver elementos que permitam ouvi-la. Se os investigadores entenderem que não interessa ouvir o cidadão José Sócrates, eu não posso dizer nada, nem quero. Eles ouvirão ou não consoante entenderem. Nunca vi o processo, limitei-me a dizer para o porem a andar.

■ Se Sócrates pedisse, seria ouvido?

■ Se pedisse para ser ouvido, analisaria a questão e, se concluísse pela legitimidade do pedido por existir um interesse atendível, nos termos da lei, solicitaria aos magistrados do processo a audição do mesmo quando eles o entendessem.

■ Porque é que o primo de Sócrates não foi ouvido?

■ Se os magistrados que investigam o

ACTUAÇÃO DO PGR

“Duvidem de tudo menos de um beirão honesto”

“O cargo de PGR é extraordinariamente solitário”

ESTADO DA JUSTIÇA

“A Justiça não está adequada ao tempo que corre”

FREEPORT

“O Freeport não é um caso complexo”

OBJECTIVO DO MANDATO

“Não desisto de mudar o Ministério Público”

BARULHINHOS NOS TELEMÓVEIS

“Há líderes de partidos a dizerem que têm o telefone sob escuta”

FUTEBOL

“O mundo do futebol não é o mesmo desde que se começou a investigar”

“Não acredito que umas claques sejam melhores que as outras”

PRESIDENTE DO F.C. PORTO

“Pinto da Costa não é impune e será investigado quantas vezes for preciso”

PRISÃO PREVENTIVA

“A lei torna hoje muito mais difícil a prisão preventiva, isso é uma opção do legislador, que é censurável”

caso entenderem que há interesse nessa inquirição, será feito o possível para que a mesma tenha lugar. A regra é a de que devem ser ouvidas todas as pessoas cujos depoimentos possam contribuir para o apuramento da verdade.

■ Foi decidido que os processos são públicos. No entanto, os magistrados estão sempre a aplicar o segredo de justiça. Basta ver o Freeport. Até o sr. disse que gostava de tornar o caso público.

■ O PGR não pode decidir se um caso está ou não em segredo de justiça. Têm de ser os investigadores. Eles é que sabem. Eu não despacho processos nem dou ordens sobre os processos. Posso dizer para acelerar, que não quero prescrições, mais nada. Gostava de pôr o processo Freeport na net porque tem sido dita tanta falsidade que incomoda. Perguntei à directora do DCIAP que pediu aos investigadores a sua opinião e eles disseram que não, sob risco de a investigação soçobrar. O que quer que eu faça?

■ A lei não serve para nada?

■ Serve, porque o Governo estabeleceu prazos. Aliás, esses prazos são um dos problemas que temos tido com o Governo. Eu concordo com esses prazos, sou defensor de um cidadão não pode estar a vida inteira à espera de uma decisão judicial, mas têm que ser contempladas excepções justificáveis, como defendi em documento enviado à Assembleia da República e ao ministro da Justiça.

■ Essas palavras também se aplicam a um primeiro-ministro.

■ Os processos relativamente ao poder político devem ser tratados como os de qualquer cidadão. O único tratamento diferente que deve ter é a celeridade, mas isso vem até na prioridade criminal que o procurador deve definir. Ninguém pode ser beneficiado ou prejudicado por ser poder político.

■ Como é que um caso destes demora tanto tempo a ser investigado?

■ O Freeport começou em 2004 e só estou aqui praticamente desde 2007. E se for ver o andamento que o processo levou depois de avocado, vai ver que já foi tudo ouvido e que está a andar rapidamente. Há dois aspectos que nenhum procurador-geral pode controlar: o estudo dos fluxos bancários e as cartas rogatórias que neste caso demoraram dois anos a serem cumpridas.



“Saída de Lopes da Mota cabe ao Governo”

■ Como soube das pressões no 'caso Freeport'?

■ Li nos jornais que se dizia que havia pressões. Como não as conhecia fiz um ofício para os quatro procuradores distritais, para os quatro directores dos DIAP's e para a directora do DCIAP e perguntei se conheciam pressões. As respostas, que coloquei no site da PGR, diziam que não havia pressões. Os jornais disseram que o sindicato é que o tinha dito. Passaram-se meses e as pressões eram fantasmas no armário, já que na realidade na altura não existiam. Só nos fins de Março é que surge o problema Lopes da Mota. Depois de ouvida a directora do DCIAP, os magistrados do processo e Lopes da Mota, nomeei um inspector para apurar os factos. O processo está a correr.

■ Tinha-se demitido se estivesse no lugar de Lopes da Mota?

■ O procurador tem um processo disciplinar, tem direito de defesa. Vou pegar no que o inspector disser e levar ao CSMP e eles decidirão o que fazer. Consoante a decisão, o Governo decidirá o que entender.

■ Quem decide a permanência é o Governo?

■ Quem há-de decidir é o Governo que é quem o nomeia.

■ O ministro disse que não tem poder para o demitir...

■ O ministro não disse isso. Um membro do Eurojust é nomeado por indicação do PGR, e este foi antes de mim. Mas os ministros é que nomeiam ou

não. Eu disse que não diria uma palavra enquanto não se concluísse o processo disciplinar. A nomeação ou retirada devem pertencer ao Ministério. Não há nisto nenhum empurra. Digo o que disse no primeiro dia: quando acabar o processo disciplinar tirarei uma conclusão que será tornada pública.

■ A questão não é só de presunção de inocência...

■ Será uma negação do Estado de Direito tirarem-se conclusões antes de concluído o processo disciplinar.

■ Ao fazer com que o Eurojust deixe de intermediar no processo Freeport não está a empolar o caso?

■ O Eurojust nunca teve poderes de investigação. Funciona como uma caixa

de correio. Há uma carta rogatória para mandar, mando para o Eurojust e é ele que manda a carta. O Eurojust é um apoio técnico e logístico. Lopes da Mota não interveio nada. A minha ordem para nada passar pelo Eurojust era para evitar especulações e suspeições e sendo certo que os contactos com o Reino Unido podem ser directamente.

■ O MP é imune a pressões?

■ Se um magistrado não o for cometer um crime. Se há uma coisa que é preciso para se ser magistrado é ser imune.

■ Ficou incomodado com a possibilidade das pressões terem surgido por ordem do poder político?

■ Nunca vi nenhum elemento que apontasse isso. Nunca, nunca, nunca.



“Todos os bancos estão a ser investigados”

❑ A Justiça nunca esteve tão mal desde o 25 de Abril?
 ❑ A Justiça não está bem, é um facto. Mas não está tão mal como dizem. É outro facto. Há um excesso de criticismo e as coisas estão mal aqui como estão na Espanha, na França ou na Itália. A sociedade evoluiu muito mais rapidamente do que as leis.
 ❑ Juízes e procuradores já aparecem nos últimos lugares nos inquiridos de

popularidade...
 ❑ Não há ninguém inocente. O legislador, os juizes, os magistrados, os solicitadores ou o cidadão. Todos contribuem para que a Justiça não funcione bem.
 ❑ Dizer que a culpa é de todos é o mesmo que dizer que não é de ninguém.
 ❑ Toda a gente tem de se esforçar. A Justiça não está adequada aos tempos que correm. Os portugueses dei-

xaram de acreditar na Justiça.

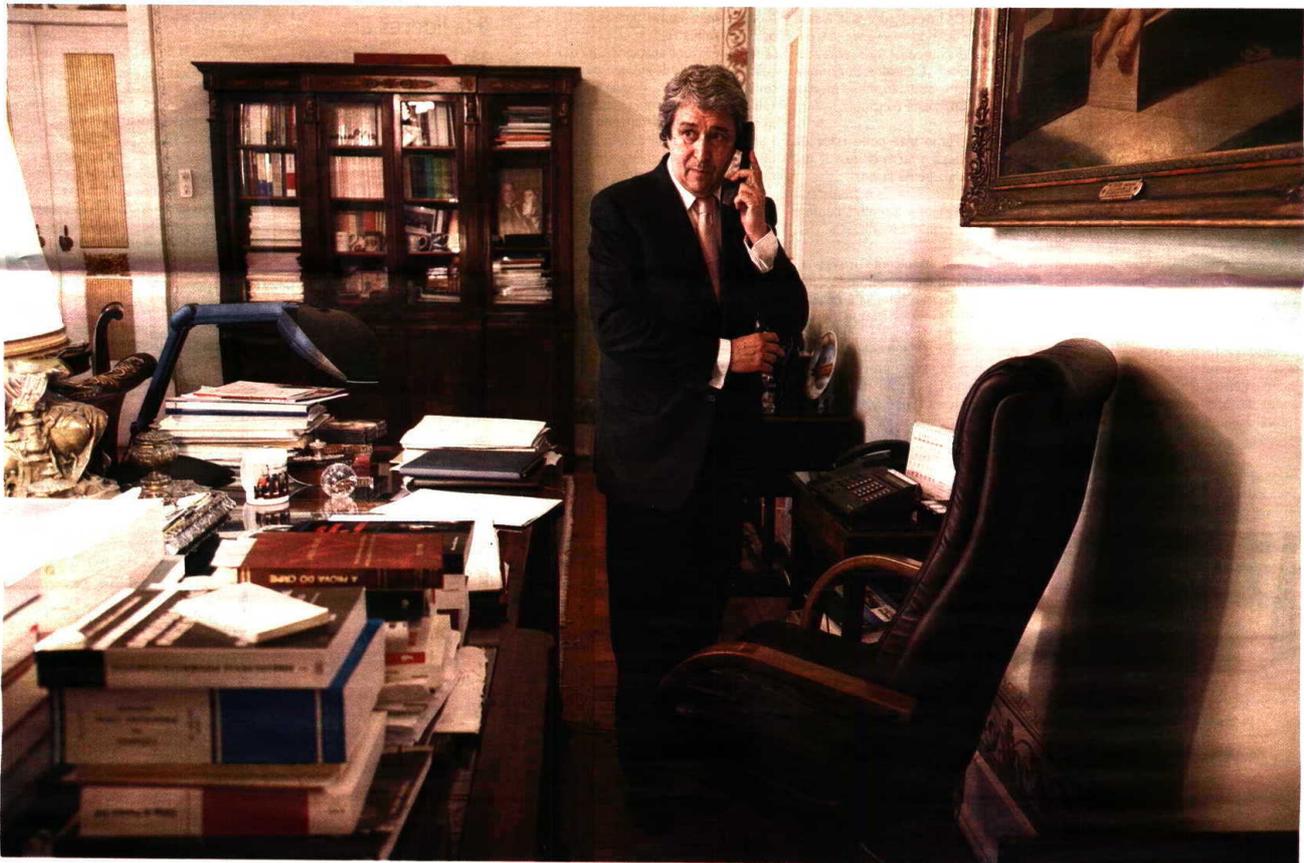
❑ Investiga-se mal em Portugal?
 ❑ Há crimes que se investigam bem, como os homicídios ou os roubos, mas há muito mais dificuldade com os crimes económicos, porque são difíceis de investigar e não há especialização ou formação dos magistrados para investigar esse tipo de crimes. Por isso criei as equipas especiais. Quem tira um curso de Direito e vai três anos para o CEJ fica com uma sólida formação jurídica mas não está especializado em urbanismo ou crimes ambientais, por exemplo. É preciso criar especializações no Ministério Público.
 ❑ Não se consegue investigar casos como o Freeport ou o Furacão com os meios actuais?
 ❑ Os crimes económicos têm sido investigados. Pela primeira vez, e tenho muito orgulho nisso, todos os bancos estão a ser investigados.
 ❑ Há demasiado tempo.
 ❑ Sim. Já disse que sou contra os megaprocessos em que se mete tudo numa panela e a sopa nunca mais está pronta. O Furacão começou há muito tempo, mas já se conseguia dividi-lo em dez processos. Não consegui acabar com os maxiprocessos mas consegui

minimizá-los. Vai ver que vão andar mais depressa.

❑ Já disse que não há ninguém que esteja impune, mas não há um ministro ou um alto quadro de uma empresa que seja condenado.
 ❑ No caso BPN está a decorrer uma investigação e estamos muito longe de poder dizer que vai ou não haver condenações. O BPP está no início, não posso garantir que vai sequer haver uma acusação. Depende da prova que se obtiver. Mal de nós se só investigarmos casos que temos a certeza que vão terminar em condenações. Quando eu digo que não há impunidade quero dizer que todos podem ser investigados.
 ❑ Alguém acredita que Oliveira Costa é o único responsável no BPN?
 ❑ Nunca houve um banqueiro preso em Portugal! Não vamos partir do princípio que todos têm de estar presos. Até agora, os elementos que se encontraram foram estes. Se houver novos elementos, serão presos outros. Nunca a minha voz se levantou para criar quaisquer obstáculos por se tratar de um ministro, banqueiro ou autarca.
 ❑ Vão ser feitas mais prisões?
 ❑ Não sei, só sei que as investigações

ainda estão em aberto.

❑ As absolvições com que terminam tantos casos não provam que as investigações são mal feitas?
 ❑ Não. Quer dizer que não se provou o que estava na acusação. É assim em todos os países democráticos. Nunca há a certeza absoluta de que uma acusação resulte em condenação. O arguido pode confessar o crime durante a investigação, por exemplo, negá-lo em tribunal e deixar de haver prova.
 ❑ Isso é uma crítica à lei?
 ❑ É.
 ❑ Tem mão no Ministério Público?
 ❑ Não desisto de mudar o MP, é preciso um novo estatuto mas não o vou apresentar com eleições à porta. O que vou propor ao novo Governo, seja qual for, é que tem de ficar claro que o procurador-geral é o vértice da estrutura e que a hierarquia deve existir em todos os escalões.
 ❑ Já conseguiu melhorar o MP?
 ❑ É possível que não. O MP está numa fase de profunda transformação. Temos leis novas, temos de ter um estatuto novo, temos de ter uma mentalidade nova. Sabe o que é que eu pretendo? Uma aproximação do MP ao cidadão.



Dois anos e meio sem ir ao cinema

Quem é o homem por trás do PGR? Fernando Pinto Monteiro fala de livros, do gosto em comprar roupa e de como prefere a serra à praia

❑ Frase que mais usa?
 ❑ Dizem-me que é: Não se incomode, que isso se resolve.
 ❑ Porque quis ser juiz?
 ❑ Não quis nem deixei de querer, houve uma série de factos que se conjugaram quando me formei em Direito.
 ❑ ❑ ❑ Gosta de comprar roupa? Qual o adereço da sua perdição?
 ❑ Gosto de gravatas, tenho muitas. É inútil, ao fim-de-semana não ponho, mas é um elemento estético que gosto.

❑ Como é o seu dia?
 ❑ Deito-me entre as 2h, 2h30. Digo a toda a gente que pode ligar até essa hora. Levanto-me entre as 8h, 8h30. Durmo seis horas. Estou na PGR até às 21h, 21h30, 22h. Aqui envelhece-se.
 ❑ Leva trabalho para casa?
 ❑ Quase sempre. Tenho aqui os voos da CIA, vou levar para acabar de ler.
 ❑ Vê muita TV?
 ❑ Se chegar a casa às 10 da noite e jantar sozinho, o primeiro noticiário que vejo é o da meia-noite. Vejo o que dizem os jornais do dia seguinte.
 ❑ Irrita-se com o que escrevem de si?
 ❑ Toda a gente gosta que digam bem de si. Mas nunca mandei um desmen-

tido para os jornais.
 ❑ Vai muito ao cinema?
 ❑ Desde que estou na PGR não vou. Não tenho tempo. Perdi qualidade de vida. Antigamente ia com frequência.
 ❑ Filme favorito?
 ❑ Os do Kubrik. Em particular “Laranja Mecânica”.
 ❑ Livro da vida?
 ❑ Sou um leitor compulsivo. O livro que mais me marcou, pelas circunstâncias em que o li (preso na aldeia por causa de um nevão quando era jovem), foi “A Leste do Paraíso”, de John Steinbeck. Acabei de ler “Memórias” de Miguel Veiga e “Postigos da Memória” de Francisco Monteiro e estou a ler “Me-

lhor do que cão é ser cavaleiro”, de Luínda Aranha Antunes. Livros que os autores, amigos, me ofereceram.
 ❑ Prato que lhe faz perder a cabeça?
 ❑ Sou apreciador de boa mesa mas nenhum me faz perder a cabeça.
 ❑ Restaurante favorito?
 ❑ Gosto de ir aos sítios que já conheço: Solar dos Presuntos, Sancho na Av. da Liberdade, quando quero falar com mais calma vou ao Mundial. Às segundas-feiras vou a Campolide aos Arcos, com um grupo de juizes.
 ❑ Praia ou campo?
 ❑ Tenho uma casa de praia e uma casa de campo. Eu nasci longe da praia e acho que prefiro a serra.

Pinto da Costa investigado

O PGR garantiu na entrevista que a investigação ao futebol é melhor do que alguma vez foi: “já há condenações, as pessoas sentaram-se no banco dos réus”. Sobre o facto de o presidente do Porto não ter sido condenado, diz que não comenta decisões judiciais. Mas garante que “o mundo do futebol já não é o mesmo” e assegura que “Pinto da Costa é um cidadão que não é impune, como ninguém é, será investigado quantas vezes for preciso. Foi o que eu mandei fazer, investigar toda a gente”. Sobre as claqueas, diz que prisões como as dos No Name Boys podem acontecer na Juventude Leonina e Super Dragões. “Não acredito que umas sejam melhores que as outras”.

**ENTREVISTA EXCLUSIVA**

Avisos e ameaças de Pinto Monteiro

→ “Todos os **bancos** estão a ser investigados, tenho muito orgulho nisso” → “O DVD do **Freeport** está no cofre da PJ e já foi analisado” → “**Sócrates** não pediu para ser ouvido” → “Saída de **Lopes da Mota** do Eurojust é com o Governo” → “Portugueses **deixaram de acreditar** na Justiça” → “**Pinto da Costa** será inquirido quantas vezes for preciso”



Governo já tem o relatório para decidir futuro do BPN

● A administração do BPN, designada pelo Governo após a nacionalização do banco, entregou já o documento final com toda a informação actualizada que suportará a decisão sobre o futuro do banco, revelou o seu presidente, Francisco Bandeira.

Fonte oficial do Ministério das Finanças confirmou que recebeu na terça-feira à noite informação actualizada, no quadro do "acompanhamento permanente" que faz do banco com a administração, por forma a ter todas as "informações relevantes" para poder tomar uma decisão.

Francisco Bandeira, que diz que é "com prazer" que está à frente do BPN e continuará "até este sair da órbita da Caixa Geral de Depósitos (CGD)", revelou à Lusa que enviou na terça-feira, ao fim do dia, o documento final, actualizado para "suportar a decisão final e definitiva" do Governo sobre o banco.

Recorde-se que o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, disse no Parlamento que o Governo privilegiaria a venda do BPN e, recentemente, prometeu para muito em breve a decisão do Governo sobre este *dossier*.

O actual presidente da administração do banco também disse, na conferência de apresentação de resultados, estar cada vez mais convencido de que a melhor solução é vender a instituição. "Se o accionista concordar, o próximo passo será pôr o Caixa Banco de Investimento a preparar este activo para venda", disse Francisco Bandeira durante a apresentação dos resultados de 2008 do BPN.

No final do ano passado, o banco tinha capitais próprios negativos que rondavam os 1,6 mil milhões, e as contas do exercício de 2008 saldaram-se num resultado consolidado negativo de 575 milhões de euros.

Ontem, foi anunciado que o relatório do inquérito parlamentar a uma eventual falha de supervisão no BPN será discutido e votado no Parlamento no próximo dia 3 de Julho. Na próxima segunda-feira conclui-se a audição do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio.